Caderno 4

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Olhares que Somam

Textos de Educadore(a)s de Referência da CNIJMA



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Ministra: Marina Silva

SECRETARIA EXECUTIVA
Secretário Executivo: João Paulo Ribeiro Capobianco

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Diretor: Marcos Sorrentino
Coordenação Geral de Educação Ambiental
Coordenadora Geral: Thaís Ferraresi Pereira
Coordenadora Geral de Cidadania
Coordenadora: Isis Akemi Marimoto Toshi Oliveira

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Ministro: Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA EXECUTIVA
Secretária Executiva: Izolda Cela

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
Secretária: Zara Figueiredo

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Diretora: Maria do Socorro Silva
Coordenação Geral de Educação Ambiental para Diversidade e Sustentabilidade
Coordenadora Geral: Rita Silvana Santana dos Santos

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ministro: Waldez Góes

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Diretoria Colegiada
Diretora-Presidente: Veronica Sánchez da Cruz Rios
Diretor: Maurício Abijaodi
Diretora: Ana Carolina Argolo
Diretor: Filipe de Mello Sampaio Cunha
Diretor: Nazareno Araújo

Comitê de Editoração:
Coordenador: Joaquim Guedes Correa Gondim Filho
Humberto Cardoso Gonçalves
Luciano Menezes Cardoso da Silva
Secretário Executivo: Nazareno Araújo

SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO AO SINGREH E ÀS AGÊNCIAS INFRANACIONAIS DE REGULAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO
Superintendente: Humberto Gonçalves
Superintendente adjunta: Renata Rozendo Maranhão

COORDENAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DO SINGREH E DO SETOR DE SANEAMENTO
Coordenadora: Vivyanne Melo
Coordenadora substituta: Eliana Teles do Carmo

Caderno 4

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

Olhares que Somam

Textos de Educadore(a)s de Referência da CNIJMA



Brasília, DF
MMA | MEC | ANA
2023

© 2023 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima , Ministério da Educação, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do MEC ou da ANA, ou o ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original em https://https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conf_Infantojuvenil_cad6.pdf/; ou https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/

Equipe Técnica
Neusa Helena Rocha Barbosa (MMA)
Patricia Fernandes Barbosa (MMA)
Jane Fátima Fonteneles Fontana (ANA)

Organização dos cadernos
Nilo Sérgio de Melo Diniz

Textos e Edição
Sumaya Dounis
Simone Portugal
Nilo Sérgio de Melo Diniz

Revisão
Taiana Brito Nascimento
Neusa Helena Rocha Barbosa
Renata Rozendo Maranhão
Jane Fátima Fonteneles Fontana

Projeto Gráfico
Gaia Diniz

Fotografia
Acervo do MEC e MMA

Colaboradores

Comissões Organizadoras Estaduais, Secretarias Estaduais de Educação, representantes de Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente, jovens facilitadores, ex-delegados e equipe técnica das quatro edições nacionais da CNIJMA e da edição internacional.

Essa publicação foi realizada em 2017, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/005 - Educação Ambiental/EEN - sob coordenação do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Essa 2ª edição foi editada, revisada e atualizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica 586RLA2001 – "Cooperação Sul-Sul", firmado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)".

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nestes cadernos são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da Unesco, IICA, ANA, MMA e MEC nem comprometem as organizações.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B827 Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Educação, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
Nº4 Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – Olhares que somam: textos de educadore(a)s de referência da CNIJMA – caderno 4 [Recurso eletrônico] – Brasília: MMA, 2023.

72 p. ; tab., graf.
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-88265-57-4

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Educação ambiental. 3. Qualidade Ambiental. 4. Participação comunitária. 5. Cidadania. II. Título. III. Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

CDU (2.ed.) 502.15

Patrícia da Silva Soares – CRB 1/1567

Siglas

APMM – Movimento Ações que Podem Mudar o Mundo
CD – Disco compacto
CEFAPRO – Centros de Formação e Atualização de Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso
CIEA – Comissão Interinstitucional Estadual de Educação Ambiental
CGEA – Coordenação Geral de Educação Ambiental
CGEB – Coordenação Geral de Educação Básica
CEIJMA – Conferência Estadual Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
CNIJMA – Conferência Nacional Infantojuvenil de Meio Ambiente
CJ – Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente
CJMA – Conselho Jovem pelo Meio Ambiente
CNMA – Conferência Nacional do Meio Ambiente
COE – Comissão Organizadora Estadual
Com-Vida – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola
CON – Comissão Organizadora Nacional
CONFINT – Conferência Internacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
Conjuve – Conselho Nacional de Juventude
CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente
COR – Comissões Organizadoras Regionais
CPP – Centro de Pesquisas do Pantanal
CTE-CNTI – Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
DCNEA – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
DEA – Departamento de Educação Ambiental
EA – Educação Ambiental
FEMA – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
OG – Órgão Gestor da PNEA
ONG – Organização Não-Governamental
PAEC – Projeto Ambiental Escolar Comunitário
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PNES – Programa Nacional Escolas Sustentáveis
PPA – Plano Plurianual
PPP – Projetos Políticos Pedagógicos
PrEA – Projeto de Educação Ambiental
ProMEA – Programa Mato-grossense de Educação Ambiental
PTA – Plano de Trabalho Anual
RAREA – Rede Araripense de Educação Ambiental
REARJ – Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
RECEJUMA – Rede Cearense de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
REJUMA – Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
REMTEA – Rede Mato-grossense de Educação Ambiental
Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
SAIC – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA
SEAMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão
SEDU – Secretaria de Estado de Educação
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
SEE – Secretaria de Estado de Educação
SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SME – Secretaria Municipal de Educação
SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMSU – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
SRE – Superintendências Regionais de Educação
UENF – Universidade Estadual Norte Fluminense
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Tabelas

Artigo 1 - Tecendo Memórias da CNIJMA no Estado do Espírito Santo
REDES DE OLHARES, AFETOS E SABERES
TABELA - Quadro Síntese das Conferências no Estado do Espírito Santo
Artigo 2 - 10 Anos da CNIJMA - A EXPERIÊNCIA DO CEARÁ
TABELA 1 - Quantitativo de escolas participantes da CNIJMA no Ceará
TABELA 2 - Coletivos Jovens de meio ambiente do Ceará – 2012
Artigo 3 - Educação Ambiental Escolarizada em Mato Grosso
REFLEXOS E REFLEXÕES SOBRE A CNIJMA
TABELA - Avaliação qualiquantitativa dos projetos da IV CEIJMA
A SOCIEDADE CIVIL E OS 10 ANOS DE CNIJMA
TABELA - Matriz de Avaliação da CNIJMA
A EDUCOMUNICAÇÃO
No Processo de Contração da CNIJMA em Rondônia
TABELA (Anexo 1) - Projetos participantes da seleção em nível estadual à IV CNIJMA/2014

Sumário

Siglas 05

Tabelas 05

Apresentação 07

Introdução 10

Redes de Olhares, Afetos e Saberes

Ana Beatriz de Carvalho Dalla Passos, Flávia Nascimento Ribeiro e Rosemary Durval Campos 13

A Experiência do Ceará

Lindalva Costa Da Cruz, Nohemy Resende Ibanez, Regina Maria Sousa Chaves e Maria Roseneide Furtado Oliveira 22

Reflexos e Reflexões sobre a CNIJMA

Andréia da Silva Pereira Franceschetto, Valdiney Vieira da Silva e Giselly Rodrigues das Neves Silva Gomes 28

A Sociedade Civil e os 10 Anos de CNIJMA

Isis Lima Soares, Grácia Lopes Lima e Mariana Manfredi Magalhães 37

Protagonistas na 4ª CNIJMA

Carmem Silvia de Andrade Corrêa, Francidalva do Nascimento Silva e Ingrid Luize Brasil Lima 45

Formação Cidadã dos Jovens Brasileiros

Declev Reynier Dib-Ferreira, Jacqueline Guerreiro Aguiar e Maria Teresa de J. Gouveia 53

A Educomunicação

Vânia Beatriz V. de Oliveira, Carmem S. de Andrade Corrêa e Fabiana A. Neves Freire 63

Então... como seguir com a CNIJMA? 71

Apresentação

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é uma iniciativa do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), constituído pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com o objetivo de mobilizar adolescentes e jovens de todo o país a refletir, discutir e propor ações e projetos no contexto da temática socioambiental, seus desafios e alternativas, para o âmbito da escola, do município, do estado e do país como um todo.

Esta conferência aconteceu pela primeira vez, em 2003, em conjunto com a primeira Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), promovida pelo MMA. Nessa primeira edição, realizada no campus da Universidade de Brasília, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima organizou a CNIJMA em parceria com o MEC; nas demais, a Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (SECADI) coordenou o processo, sempre em parceria com o Departamento de Educação Ambiental do MMA.

Nas cinco edições da CNIJMA realizadas ao longo de quinze anos (2003-2018), participaram mais de 20 milhões de pessoas, entre adolescentes de 11 a 15 anos (como delegado/as), jovens de 16 a 29 anos (como mobilizadores, facilitadores, oficineiros, gestores etc.), professores e adultos das comunidades escolares (acompanhantes e participantes da Conferência na Escola), gestores da educação e do meio ambiente (organização local e nacional). Foram mobilizadas, por edição, em média, 14 mil escolas em todos os estados brasileiros.

Somando-se às conferências nacionais, a Conferência Internacional Infantojuvenil "Vamos Cuidar do Planeta" (Confint), realizada em 2010, envolveu 62 países, com participação de 47 destes até a Conferência final, realizada no Brasil. Um total de quase 90 mil escolas e mais de 13 milhões de pessoas participaram das discussões sobre as Mudanças Ambientais Globais, desde as conferências nas escolas.

Esses números expressivos indicam a amplitude, a oportunidade e a necessidade histórica dessa Conferência, que se constitui num chamado à juventude para que compartilhe do enfrentamento aos desafios socioambientais da atualidade, com o fortalecimento dos processos de educação ambiental, da escola, da comunidade de seu entorno e da sociedade.

Outro indicador relevante de sua pertinência foi o surgimento de inúmeras Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida), em escolas por todo o país, com vistas à continuidade e permanência da discussão e ação no cotidiano da comunidade escolar. Vale observar também a organização de diversos Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente (CJ), com relativa autonomia em relação aos órgãos de governo, bem como da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma), que, à época, integrou o Conselho Nacional da Juventude, fortalecendo os processos da Política e da Conferência Nacional da Juventude.

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, foi notória a grande participação e o protagonismo de jovens egressos dos processos da CNIJMA, nos diversos eventos realizados.

Por tudo isso, a CNIJMA pode ser considerada uma referência em política pública para o exercício do direito à liberdade, previsto no Artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual "a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis". O Artigo 16 deste estatuto especifica que o direito à liberdade compreende os direitos de opinião e expressão, e de participação na vida política.

Esta coletânea é composta por cinco cadernos de avaliação dos primeiros 10 anos da conferência e um caderno sobre a V CNIJMA (2018). Decorridos sete anos da primeira edição, a coletânea ganhou esse novo caderno, sendo também revisada e atualizada em todo o seu conteúdo, graças à parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, que contratou uma consultoria, por meio do Projeto de Cooperação com a UNESCO, bem como o apoio nesta versão impressa da Itaipu Binacional.

Esta segunda edição da coletânea, com seis cadernos, continua avaliando os primeiros 10 anos da conferência, mas também descreve a experiência da V CNIJMA. Esta avaliação foi proposta em 2013 pelo Órgão Gestor da PNEA, em diálogo com instituições parceiras da Conferência, reunidas em sua 4ª edição. O Caderno 1 apresenta um breve histórico com números da primeira década da CNIJMA. O segundo Caderno se dedica a explicar a sua metodologia, em experiência e evolução a cada edição. O Caderno 3 sistematiza resultados de avaliação realizada com os diversos atores envolvidos, o que se soma e interage com "outros olhares", título do quarto Caderno com textos selecionados por edital público, de autoria de lideranças e técnicos locais promotores da Conferência desde a escola até a fase nacional. O Caderno 5 também decorre da pesquisa avaliativa, com contribuições do Órgão Gestor, apresentando propostas e recomendações às edições seguintes. O caderno 6 relata a experiência da V CNIJMA, cujo tema foi o cuidado com as águas, tendo na metodologia e programação aspectos que dialogam com a avaliação dos cadernos anteriores.

Esta publicação procura demonstrar que a Conferência representa, reconhecidamente, para milhões de jovens, um caminho para inserção social e política desse segmento na sociedade brasileira, como um verdadeiro rito de passagem da juventude à cidadania. A sua institucionalização deve ser consolidada e fortalecida como uma política pública de Estado que considera a educação ambiental contribuição relevante à cidadania, por um Brasil mais justo, democrático e sustentável.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação
Órgão Gestor da PNEA

Introdução

Entre muitas outras coisas, tu eras para mim uma janela
através da qual podia ver as ruas. Sozinho não o podia fazer.

Franz Kafka

Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer,
há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.

Paulo Freire

Olhares que somam trazem a esta coletânea outras experiências e perspectivas sobre os 10 anos da CNIJMA. São artigos que tratam de contextos variados, desde o ambiente escolar até o âmbito municipal, estadual e nacional, relatando impactos, resultados, aprendizados, metodologias e iniciativas vivenciadas em diversas regiões do país, inclusive aspectos que marcaram a vida de jovens participantes.

Estes textos atendem plenamente ao intento do Órgão Gestor da PNEA de consubstanciar pontos de vista que expressassem olhares locais, somando e construindo neste histórico um mosaico verdadeiramente plural. Desta forma, acrescenta-se à avaliação participativa e dialógica, com oficinas e avaliações livres, pesquisa, questionários e entrevistas, essas diferentes abordagens produzidas por educadoras e educadores que também são referências da CNIJMA, em especial nos estados, municípios, escolas e redes de educação ambiental.

Selecionados mediante critérios difundidos em edital público do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (DEA/SAIC), a oportunidade desses artigos é, portanto, ampliar o exercício de avaliação, integrando-se à análise qualitativa, que busca também identificar o valor social da Conferência. O fortalecimento da Conferência, como espaço de formação e participação social do público infantojuvenil, e a sua institucionalização como política pública de Estado resultam de ampla construção social, aliada à vontade política dos gestores. Consoante com este movimento, os sete artigos colecionam, claramente, argumentos alinhados a este grande desafio.

Educadoras capixabas, por exemplo, falam em "traduzir visões, produções de sentidos e expectativas", procurando socializar "saberes e fazeres gerados nas experiências de concretização das Conferências". Afirmam que "a Educação Ambiental já perpassa os cotidianos, (...) e assume sua parte no enfrentamento da crise socioambiental". Para tanto, defendem que a EA "extrapole discursos e se concretize na vida dos sujeitos". Por isso, em relação à Conferência, ressaltam o "fascínio de encantar jovens e adolescentes a ponto de revelar lideranças e aptidões", mas alertam para os "ares da eventualidade" no contexto da escola, o que deve ser minimizado no processo de institucionalização, com o desafio de chegar também até o chão da escola.

Um exemplo disso é a Comissão Organizadora Estadual (COE) do Ceará, que "desenvolve uma ação contínua de planejamento, reuniões dos delegados e Coletivos Jovens", conforme relata o artigo de educadoras do "estado do Brasil que teve o maior número de escolas envolvidas nas quatro versões da CNIJMA". Essa mobilização pode explicar a importância do trabalho que se realiza na entressafra das conferências.

Os educadores matogrossenses reforçam a necessidade de que as políticas públicas "intensifiquem o objetivo de tornar a escola referência de sustentabilidade em sua comunidade", inclusive para enfrentar um dilema da região, onde muitas "escolas do campo sofrem diretamente com o avanço do agronegócio em seus territórios", gerando graves conflitos socioambientais. Por outro lado, argumentam que ainda é "tímida a questão da interdisciplinaridade nos projetos das conferências".

As educadoras ambientais de São Paulo lembram a carta da sociedade civil apresentada na 4ª CNIJMA, que conclama a se "compartilhar experiências vividas, coletar e analisar informações sobre as conferências em suas diferentes etapas, analisar as metodologias utilizadas, investigar os desdobramentos ocorridos no território, analisar os processos de trabalho das Comissões Organizadoras, e planejar os próximos dez anos de CNIJMA". Apresentam, assim, uma matriz de avaliação com a finalidade de contribuir para a continuidade desse processo.

Educadoras de Rondônia manifestam-se em dois artigos. No primeiro, com a experiência da Escola Murilo Braga, chamam a atenção para a necessária "ampliação do ambiente educativo para além dos muros da escola superando a fragmentação" entre a educação formal e não formal. O segundo texto destaca a experiência da educomunicação, citando Deboni (2007) quando afirma que "ainda que houvesse iniciativas anteriores a 2003, o processo de mobilização e organização da I CNIJMA, foi uma espécie de 'divisor de águas'".

Mas "nada melhor para avaliar as consequências das etapas das Conferências do que as palavras dos próprios jovens que participaram". O artigo de educadores ambientalistas do Rio de Janeiro abriu espaço aos jovens, com um texto que apresenta resultados de uma pesquisa sobre a sua formação cidadã na CNIJMA. Veja o que dizem alguns delegados e delegadas cariocas:

- "Foi uma troca de experiências muito grande. Estávamos conhecendo gente de todo o país".
- "As partes mais marcantes foram com certeza o momento da chegada das delegações, pois naquele momento pude perceber a riqueza cultural do nosso país."
- "Foram 5 dias inesquecíveis para mim e que me fez um ser humano melhor."
- "Durante minha entrevista de emprego quando foi citada a conferência, meu chefe ficou muito orgulhoso."
- "Conhecer novos pensamentos, abrir horizontes, descobrir que às vezes o que pra você é um problema pra outro é uma solução."

Toda essa riqueza, realçada sucintamente, confirma a pertinência e coerência deste Caderno 4, como mais um exercício de metodologia participativa, numa coletânea cujo objeto é reportar uma política de participação social que se pretende consolidada e institucionalizada.

Parafraseando os ilustres pensadores, em epígrafe, abre-se aqui uma janela que nos permite ver as ruas, onde mulheres e homens nos fazem lembrar que há sempre o que fazer, o que ensinar e o que aprender.

Com a palavra, educadoras e educadores de referência da CNIJMA!

Tecendo Memórias da CNIJMA no Estado do Espírito Santo

Redes de Olhares, Afetos e Saberes

Ana Beatriz de Carvalho Dalla Passos
Flávia Nascimento Ribeiro
Rosemary Durval Campos

Navego pela memória sem margens.

Cecília Meireles

Palavras Iniciais

Compartilhamos neste texto nossa satisfação em tecer *fios* a partir das nossas experiências de vida e de nossas experimentações [1] a respeito dos processos de construção e reconstrução da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente no Estado do Espírito Santo. Somos sabedoras de que pensar, coordenar e implementar ideias (e ideais) não é tarefa fácil, já que nos deparamos com subjetividades, anseios e esperanças de pessoas, neste caso, dos sujeitos engajados[2] na Educação Ambiental. Nosso principal desafio é, em breves linhas, traduzir visões, produções de sentidos e expectativas a partir da condução da Conferência Infantojuvenil nesses 10 anos de sua realização, usando os movimentos de *tecer* ideias coletivas da Comissão Organizadora Estadual (COE) Capixaba com a pretensão de socializarmos saberes e fazeres gerados nas experiências de concretização das Conferências. Nesse turbilhão de vivências da COE passamos por muitos momentos de aflição e, acima de tudo, de alegrias, afinal, ambas fazem parte do processo formativo.

1 Jorge Larossa (2002, p. 24-25) nos diz que a experiência é um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova e o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem [...].

2 Entende-se por sujeito engajado aquele que se constitui na inserção e atuação constante na identidade social de um dado grupo, bem como também pela sua subjetividade [...] (RIBEIRO, 2008).

Nesse sentido, considerando que já há algum tempo vem se desenhando no país o fortalecimento da Educação Ambiental (EA), em especial nos contextos escolares, com uma política estruturante articulada, o que antes era compreendido como território das secretarias de meio ambiente, passou a circular nas instituições de educação e em outros contextos de formação e de atuação profissional, criando um movimento de desterritorialização da Educação Ambiental.

Assim, ao iniciarmos essas *memórias-itinerâncias*, cabe um breve retorno à década de 1990. Pode-se dizer que o enraizamento e o fortalecimento da EA emergem com a institucionalização da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (MEC), com desdobramentos nas secretarias estaduais e municipais de educação. Ainda nessa década são publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais, que reforçaram noções importantes na esfera da educação, em especial da estruturação da EA, tais como a interdisciplinaridade e a transversalidade. Além disso, consideramos que a instituição do Programa e da Política Nacional de EA encerra uma década gloriosa para a Educação Ambiental em termos de políticas estruturantes.

O início dos anos 2000 foi marcado pela criação do Órgão Gestor da Política de Educação Ambiental (MEC e MMA), pelo lançamento de diversas publicações e pelas Conferências, tanto a de Meio Ambiente (usualmente chamada de *adultos*) quanto a Infantojuvenil, com a primeira edição em 2003, que não poderiam passar despercebidas.

A Educação Ambiental já perpassa os cotidianos de muitos professores e, em especial, nessas últimas duas décadas, a dimensão socioambiental na educação vem se disseminando nas escolas brasileiras, bem como em outros contextos. Essa inserção tem influência de conferências, fóruns, políticas públicas e de outros eventos que se propõem a discutir questões socioambientais. Compreendemos que ainda há fragilidades em relação à maneira como são realizadas as ações de EA nos *espaçostempos*[3] educativos. Essas fragilidades estão, conforme Guimarães (2004), intrinsecamente relacionadas com o atual modelo civilizatório e a escola não está neutra nesse modelo. Tais fragilidades se revelam quando a EA não faz parte da proposta curricular da escola, do Projeto Político Pedagógico, dos espaços educadores das comunidades e é abordada de forma pontual, como uma "alegoria", não inserida nas práticas pedagógicas e vivências das *escolascomunidades,* não compreendida nas experiências cotidianas.

3 A união de palavras, com o intuito de ampliar seu sentido e criar novos significados.

Pensar Educação Ambiental como campo de conhecimento nos faz refletir o modelo de sociedade que permeia a construção de políticas públicas educacionais e ambientais, a organização dos currículos e a gestão escolar, fundamentais para o entendimento e a transformação dos processos educacionais no âmbito das instituições formais. A análise das Conferências no território capixaba nos mostra que a EA assume sua parte no enfrentamento da crise socioambiental, firmando seu compromisso com mudanças de valores, comportamentos, sentimentos e atitudes dos habitantes de cada território promovendo o respeito à diversidade biológica, cultural, étnica e social e o fortalecimento da oposição da sociedade a um modelo devastador das relações humanas e dos demais seres vivos.

CAMINHOS DA CONFERÊNCIA



Delegações Capixaba das II, III e IV CNIJMA. – Fotos: Bia Passos e Flávia Ribeiro

Tudo começou quando em 2003, representantes do MEC e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) estiveram no estado para apresentar à Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e ao Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA, a proposta de realização da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, com o tema "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas". Mesmo sendo um evento inédito, envolvendo um público bastante jovem e numeroso e com recursos financeiros muito limitados, as referidas instituições aceitaram o desafio de realizar a Conferência. A 1ª edição foi coordenada pelo IBAMA e as demais, pela SEDU.

A metodologia oficial proposta pelos ministérios trazia etapas e ações a serem seguidas pelos estados, dentre as quais a criação do Conselho Jovem pelo Meio Ambiente (CJMA) e da COE, esta composta por representantes de instituições governamentais e não governamentais (empresas e sociedade civil organizada), além das etapas escolar, estadual e nacional da

Conferência. Também previa os chamados "oficinões", encontros com todos os envolvidos para orientações e simulação de uma conferência na escola.

A formação do Conselho Jovem foi uma das primeiras iniciativas da coordenação estadual da conferência em 2003. No entanto, o Espírito Santo sempre teve muita dificuldade em manter este conselho, tanto pela tímida participação e envolvimento dos interessados, como pela falta de apoio financeiro e institucional para que os jovens pudessem se manter no grupo e desenvolver as ações. A partir da 3ª edição da conferência, o Conselho Jovem passou a se chamar Coletivo Jovem (CJ).

Ainda em 2003, concomitante à formação do Conselho Jovem, foi constituída a Comissão Organizadora Estadual (COE-ES). Dada a abrangência e a importância da Conferência Infanto-juvenil, muitas instituições foram convidadas a integrar essa comissão, porém, à medida que as ações se desenvolviam, boa parte dos representantes se ausentavam das reuniões, permanecendo as entidades mais diretamente envolvidas, como a SEDU, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), o IBAMA, as Superintendências Regionais de Educação (SRE) e algumas secretarias municipais de educação, como as dos municípios de Cariacica e Vitória.

Embora a organização da COE-ES e a condução dos assuntos mais polêmicos tenham sido momentos difíceis durante a primeira conferência, pode-se afirmar que algumas das decisões tomadas por seus membros em relação à metodologia foram cruciais para dar uma identidade capixaba à conferência. Assim, para possibilitar a participação de um número mais expressivo de pessoas nas discussões, a COE criou a etapa regional, utilizando, em 2003, a divisão macrorregional do Espírito Santo, composta por cinco polos: Metropolitano, Litoral Norte, Norte, Sul e Serrana.

Uma importante ação da metodologia oficial diz respeito ao material de orientação às conferências escolares, contendo textos de apoio ao trabalho dos professores, o passo-a-passo para execução da conferência e a ficha de inscrição da escola que realizou o evento. A distribuição do material em todos os estados foi feita pelos Correios, diretamente à escola, exceto no Espírito Santo, onde a coordenação estadual da conferência solicitou ao MEC que encaminhasse os exemplares à SEDU para que fossem distribuídos pelas SRE, o que garantiu o recebimento por todas as escolas do estado. Em todo Brasil, até a 3ª edição da conferência, o referido material chegou atrasado e as escolas tiveram um tempo curto para debaterem as temáticas propostas e elaborarem seus cartazes ou projetos (ou aproveitarem os projetos que já vinham desenvolvendo), dificultando o cumprimento dos prazos. Vale ressaltar que, na 4ª edição, o material não foi distribuído às escolas em tempo hábil.

Conforme a metodologia proposta pelos Ministérios, a seleção final dos trabalhos deveria ser feita pela COE e pelo CJ, observando critérios de gênero, etnia, localização (campo ou cidade), dentre outros. No entanto, após inúmeras discussões sobre formas de avaliação que contemplassem os princípios *Jovem educa Jovem; Jovem escolhe Jovem* e *Uma geração aprende com a outra*, a COE e o CJ decidiram que os alunos(as) escolheriam seus representantes durante os encontros regionais, construindo assim, um processo mais democrático e legítimo.

Ainda como parte dessa metodologia, aconteceram, durante todas as edições da conferência, os Encontros Preparatórios, em que os delegados(as) eleitos nas etapas regional/estadual se encontraram na cidade de Vitória, antes de embarcarem rumo à Brasília para a Conferência Nacional, promovendo a integração do grupo e o repasse de informações sobre as atividades a serem desenvolvidas durante a etapa Nacional. Vale destacar que em 2003, como parte das atividades do encontro, os delegados(as) apresentaram suas propostas aos participantes da Pré-Conferência Nacional de Meio Ambiente (versão adultos). Esses momentos de convivência propiciaram novas experiências e conhecimentos aos jovens delegados(as), unindo-os ainda mais.

Em síntese, o Espírito Santo realizou um processo diferente dos demais estados ao optar por descentralizar as discussões e as apresentações, bem como por eleger os trabalhos e delegados(as) das escolas, criando, para isso, a "Conferência Regional". Nas duas primeiras edições da conferência infantojuvenil, devido a não realização da etapa estadual, a COE e o CJ criaram um mecanismo de proporcionalidade entre o número total de trabalhos de cada região e o de delegados(as) eleitos, respeitando critérios definidos pela Comissão Nacional, de modo que a escolha fosse justa e imparcial. Na 3ª e 4ª edições, os projetos e delegados(as) eleitos nas regionais passaram pela etapa estadual que definiu - a partir de nova eleição - a delegação estadual. A etapa regional resultou na criação das Comissões Organizadoras Regionais (COR), formadas nos municípios-sede das SRE por representantes das Secretarias Municipais de Educação, de Meio Ambiente, de instituições governamentais e da sociedade civil organizada, com o intuito de apoiar a organização das Conferências Regionais.

Recentemente, os membros das COR deliberaram que a comissão não fosse destituída ao final de cada edição da Conferência e que seu papel não se restringisse a organizar conferências. Assim, atendendo aos anseios das COR e, tendo como ponto de partida a Lei Federal Nº 9.597/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) e a Lei Estadual Nº 9.265/2009 (Política Estadual de Educação Ambiental), a SEDU instituiu (Portaria Nº 235-R, de 29/12/2014) os Comitês Regionais de Educação Ambiental. Ou seja, as COR tornaram-se Comitês que têm como objetivos principais planejar, coordenar, implementar e enraizar a Política Estadual de Educação Ambiental e as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, em

conformidade com a Resolução Nº 2, de 15/06/2012. Estão constituídos em cada SRE, totalizando 11 Comitês, os quais são compostos por instituições, organizações e entidades localizadas sob a jurisdição da referida Superintendência. Dentre as competências dos comitês, destacamos o enraizamento da EA no território capixaba e a coordenação das etapas da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, bem como a coordenação e o monitoramento das ações do PDDE Escolas Sustentáveis.

Podemos dizer que, além do aprendizado, esses 10 anos de coordenação das edições das Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente deixaram um saldo positivo para o fortalecimento, o enraizamento e as políticas de EA do Espírito Santo. No saldo das Conferências temos: encontro pós-conferência nacional com a delegação (II Conferência), realização de Seminário (I Conferência), momentos de integração entre-delegados(as) (todas as edições), realização de etapas regionalizadas em todas as edições como forma de garantir isonomia no processo, maior participação e fortalecimento do sentimento de pertencimento por meio do exercício do protagonismo juvenil; realizamos momentos formativos (Formação em Educação Ambiental para Formadores II, II Seminário de Formação de professores em Educação Ambiental e o projeto-piloto de implementação das Com-Vidas no município de Cariacica).

Quadro síntese das Conferências no Estado do Espírito Santo

Edição / Temática	Ano	Oficinas Descentralizada	Conferências nas Escolas / Escolas participantes	Conferências Regionais	Conferência Estadual
I Conferência "Como vamos cuidar do Brasil com as escolas" - escolha de cartaz	2003	02	379	05	0
II Conferência "Vivendo a Diversidade na escola" - escolha de cartaz e responsabilidade	2006	20	365	11	0
III Conferência "Mudanças ambientais globais" - escolha de responsabilidade, envolvendo os elementos terra, água, foto e ar	2009	20	346	11	01
IV Conferência (Escolas Sustentáveis) - escolha do projeto de ação envolvendo os elementos terra, água, fogo e ar	2013	21	378	11	01

O Que nos Traz como Esperança

Após a condução de 10 anos de Conferência no território capixaba, fazendo uma análise crítica, vemos que essas iniciativas ainda são incipientes para avançarmos em direção a uma EA que realmente seja reconhecida como essencial a vida, que seja transformadora, emancipatória e que empodere seus sujeitos engajados, libertando as escolas das armadilhas de uma Educação Ambiental de cunho mais conservador, biologicista e comportamental.

Os princípios de interdisciplinaridade e transversalidade precisam ser melhor compreendidos e vivenciados nos cotidianos das escolas, sendo que, na prática, a operacionalização desses conceitos perpassa o campo do ideal, até porque a estrutura da gestão das instituições de ensino e do currículo sujeitam à lógica disciplinar em todos os níveis e modalidades da educação escolar.

Considerando a realização da I Conferência Nacional como um marco para a Educação Ambiental brasileira, ficamos esperançosos de que os desdobramentos das ações realizadas nas escolas influenciem sua relação com a comunidade, avançando o debate para além do cotidiano escolar e da prática docente. Sem dúvida, com as Conferências nas Escolas e/ou com as ações/atividades de EA, algumas escolas devem ter vivenciado essa realidade e conseguido enraizar a Educação Ambiental em suas práticas pedagógicas. No entanto, ainda que as Conferências tenham a potência de aproximar as pessoas das questões socioambientais e o fascínio de encantar jovens e adolescentes a ponto de revelar lideranças e aptidões, ameaçam o contexto escolar os ares da eventualidade.

Mesmo reconhecendo os avanços e as conquistas nesses 10 anos do "Programa Vamos Cuidar do Brasil" por meio da consolidação da EA, ansiávamos por mudanças mais incisivas e que pudessem difundir a deliberação de políticas públicas, que é, a nosso ver, o principal objetivo das Conferências. Nesse caso, ao fazermos uma análise crítica, concordamos que as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) e o CJ são encaminhamentos da primeira versão da conferência, cujos desdobramentos têm encontrado muitas dificuldades para romper a fragmentação e a desarticulação política, características do território escolar, e originar a EA na formação de uma juventude protagonista (e inquieta) de sua realidade socioambiental. E fazemos uma provocação: não seria interessante se a EA, por meio das Com-Vidas, se articulasse como eixo de política pública no território vivido para promover práticas transformadoras de professores e educadores nos processos deliberativos da gestão escolar?

Essa situação desvela a fragilidade das políticas de fortalecimento da EA que não privilegiam ações que consolidem a dimensão socioambiental na Educação, ou seja, enquanto a Educação como um todo não se "apropriar" da EA como princípio e não somente nos discursos e eventualidades, não avançaremos na caminhada. Isso é observado nos espaçostempos que a COE ocupa nos debates de planejamento das conferências nacionais e que a EA ocupa nas Conferências Nacionais de Educação. Logo, deixamos um questionamento: O que estamos fazendo para mudar esse quadro? Assim, para além de nossa criticidade, está a nossa inquietude com os rumos da EA em nosso país, em nosso estado, nos espaços escolares e também, na vida de cada um de nós.

Entretanto, independente das dificuldades, o processo das Conferências Infantojuvenis tem-se ampliado e está em desenvolvimento. Como temos ciência de que essa é uma estruturação lenta, que depende de tenacidade dos sujeitos engajados nas questões socioambientais, reavemos a esperança com os desdobramentos de momentos pós-Conferência. É bem provável que esse será o momento de investirmos em propostas mais consistentes que possam tornar mais duradouros nosso ideal de uma EA que extrapole discursos e se concretize na vida dos sujeitos.

Nesse caso, é preciso intervir para que as Conferências, com todas as suas apostas, projetos de ação e responsabilidades emanadas das escolas, não se restrinjam a um momento didático, eventual, corriqueiro, mas seja um espaço de proposições de políticas públicas articuladas com ações que viabilizem sua concretização, na forma de legislação, para que tudo o que foi idealizado ao longo desses anos de conferências possa ser traduzido, para muito além da experiência pessoal desses jovens delegados, em esperanças para tantos outros que, embora não tenham participado de nenhuma conferência, são também protagonistas da construção de sociedades sustentáveis, da história da Educação Ambiental e de uma Escola Sustentável.

Referências:

ALVES, Nilda; GARCIA, R.L (Org.). O sentido da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERRAÇO, Carlos E.. Currículo, formação continuada de professores e cotidiano escolar: fragmentos de complexidade das redes vividas. In: FERRAÇO, C. E. (Org.). Cotidiano escolar, formação de professores(as) e curículo. São Paulo: Cortez, 2005. v. 6, p. 15-42. (Série Cultura, Memória e Currículo).

GUIMARÃES, Mauro. A formação de educadores ambientais. Campinas: Papirus, 2004. (Coleção Papirus Educação).

LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, Campinas, n. 19, p. 20-28, Jan./abr. 2002.

RIBEIRO, Flávia N. As tessituras da Educação Ambiental na região do Caparaó Capixaba: a formação dos sujeitos engajados. 2008. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

AUTORAS:

Ana Beatriz de Carvalho Dalla Passos

Mestre em Educação – PPGE/UFES; Graduada em Ciências Biológicas; Especialista em Ciências do Ambiente; Pesquisadora do NIPEEA/UFES e atuou na Secretaria de Estado da Educação com Educação Ambiental.

Flávia Nascimento Ribeiro

Doutora e Mestre em Educação – PPGE/UFES; Especialista em Educação; Graduada em Pedagogia e Ciências Biológicas; Membro pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental (NIPEEA/UFES); Atua na Secretaria de Estado da Educação com Educação Ambiental e temáticas das diversidades.

Rosemary Durval Campos

Graduada em Pedagogia; Especializanda em Escolas Sustentáveis e Com-Vidas (UFOP); Atua na Secretaria de Estado da Educação com Educação Ambiental.

10 Anos de CNIJMA

A Experiência do Ceará

Lindalva Costa Da Cruz
Nohemy Resende Ibanez
Regina Maria Sousa Chaves
Maria Roseneide Furtado Oliveira

O *Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas* foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Meio Ambiente(MMA) em 2004, visando estimular a realização de experiências que promovam um salto qualitativo na formação de princípios direcionados à preservação do meio ambiente. Referido Programa tem como base a "construção dialógica de atividades que incentivem transformações empoderadoras dos indivíduos e grupos" (BRASIL, 2009, p.137) e se propôs a construir um processo permanente de Educação Ambiental na escola, por meio de várias ações com destaque para a realização das Conferências Infanto Juvenis pelo Meio Ambiente, iniciadas em 2003 com a realização da I CNIJMA (CRUZ, 2012). O Ceará, desde a I Conferência, vem se destacando pelo número crescente de escolas públicas envolvidas com as Conferências Infanto Juvenis, sendo, portanto, o Estado do Brasil que teve o maior número de escolas envolvidas nas quatro versões da CNIJMA, conforme quadro a seguir.

Tabela 1 - Quantitativo de escolas participantes da CNIJMA no Ceará

Ano	Número de Escolas
2003/2004	1.969
2005/2006	2.196
2008/2009	2.241
2012/2013	2.226

A primeira e a segunda edição da Conferência contribuíram para a formação dos Coletivos Jovens e a criação das Comissões de Meio e Qualidades de Vida na Escola (COM-VIDA) no Ceará. Segundo HENRIQUES (2007), existiam no Ceará, em 2007, 1.029 dessas Comissões, atendendo a uma proposta da Carta Jovens Cuidando do Brasil, elaborada na I CNIJMA, que pedia a criação de um espaço de participação em defesa do meio ambiente nas escolas.

A III CNIJMA desencadeou a realização da I Conferência Internacional InfantoJuvenil pelo Meio Ambiente (I CONFINT). Para participar dessa Conferência o critério básico era a participação do jovem delegado na etapa nacional da III Conferência. O processo de escolha ocorreu por meio de um circuito on-line de aprendizagem, no qual os delegados se inscreviam participando de atividades, elaborando projetos e interagindo com os demais delegados. Ao fim do circuito, foram escolhidos doze jovens para compor a delegação brasileira, sendo dois por região. Os dois delegados que representaram a região Nordeste foram cearenses, sendo um da região de Camocim e outro da região de Horizonte. A eleição e participação desses jovens para a Conferência Internacional contribuíram para o surgimento de novos Coletivos Jovens, bem como para o fortalecimento e interação destes com os demais delegados que participaram das outras etapas da Conferência.



Delegação cearense da III CNIJMA Fonte: SEDUC, 2009



Delegação cearense da I CONFINT Fonte:SEDUC,2010

Em 2012/2013, a IV CNIJMA trouxe a proposta da elaboração e implementação de projetos que tornassem o ambiente educacional um espaço educador sustentável. Nesse contexto, destacaram-se como elementos diferenciais em relação às Conferências anteriores: a) a atuação dos Coletivos Jovens em todas as etapas da Conferência, principalmente na etapa estadual; b) a participação dos quatro professores que tiveram seus projetos eleitos para a Conferência nacional durante e após o processo de Conferência; c) a utilização desses projetos como referência para a construção de programas e diretrizes de EA no Estado; e d) a participação dos delegados em outras ações de EA em nível local e estadual.



IV CNIJMA Ceará, Fonte: L. Cruz, 2013

O engajamento de jovens em discussões sobre temáticas ambientais é um grande desafio da atualidade. As CNIJMA constituem um marco importante no sentido de possibilitar esse envolvimento e protagonismo juvenil, contribuindo para o surgimento de lideranças jovens. Tal resultado concretiza um dos objetivos específicos da Política Nacional da Juventude que é "Estimular a Cidadania, a Educação Ambiental e a Participação Social" (art. 4º, inciso VIII).

Nessa perspectiva, segundo Mohedano (2009), o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente busca:

> ***"Inserir nas agendas políticas dos programas de Juventude e Meio Ambiente, temas relacionados a questões socioambientais, bem como na agenda dos programas ambientais, temáticas relativas aos jovens, estruturando dessa forma, as ações do governo e fortalecendo assim, a formação e a participaçãodos jovens nas questões ambientais".***
>
> (Mohedano, 2009, apud: CRUZ, 2012, p. 40).

O Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) e suas Regionais, vem estimulando o protagonismo juvenil dos adolescentes cearenses oriundos das Conferências Infanto Juvenis e dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, que participam ativamente das pautas de discussões das grandes ações promovidas por esta instituição.

Uma das estratégias utilizadas para estimular esse protagonismo estudantil é a formação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COMVIDA), que contribuem para a construção de espaços educadores sustentáveis e o desenvolvimento dos projetos apresentados nas escolas durante a Conferência, estimulando, assim, uma cultura ecológica por meio da prática da *educomunicação*.



Os *Coletivos Jovens de Meio Ambiente* constituem também um estratégia por excelência para o avanço do protagonismo juvenil, uma vez que materializam *um movimento nacional de jovens ambientalistas empenhados num esforço intergeracional de construção de sociedades sustentáveis, atuando nas diferentes dimensões da sustentabilidade* (Carta de Princípios dos CJ no Brasil, 2013). No Ceará, a formação e o trabalho contínuo desses Coletivos Jovens conta com a parceria e contribuição da SEDUC.

O Ceará possui características particulares em relação aos demais estados brasileiros no que se refere à existência de Coletivos Jovens, que atuam em diferentes regiões do Estado, conforme quadro a seguir.

Tabela 2 - Coletivos Jovens de meio ambiente do Ceará – 2012

Coletivo Jovem	Município
Novas Cores	Nova Russas
Sertãozinho	Canindé
Aquarela Litoral	Camocim
Ideias Verdes	Jijoca de Jericoacoara
Olho D'água	Horizonte
Ecoverde	Sobral
Araripe	Jardim
Eco Consciência	Fortaleza

Fonte: CRUZ, 2012

O acompanhamento à dinâmica de formação e funcionamento dos Coletivos Jovens tem evidenciado as constantes transformações por que passam tanto no que se refere ao espaço de atuação quanto ao quantitativo de seus membros. Fato que decorre da entrada desses jovens na universidade e a chegada da maioridade, ocasionando uma 'migração' destes para Fortaleza, devido a maior concentração de universidades na capital.

Ao tempo em que alguns jovens se desligam dos Coletivos, surgem novos atores estimulados pela SEDUC, que promove formações para os delegados oriundos dos processos de Conferência, a fim de estimular a criação e o envolvimento dos jovens nessas instâncias de participação colegiada. O fortalecimento dos Coletivos ocorre também por meio de sua organização dentro da Rede Cearense de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (RECEJUMA), um espaço de decisões coletivas criado pelos próprios CJ do Ceará que se encontram presencialmente ou discutem pautas utilizando uma lista de *e-mails*.

O trabalho da Comissão Organizadora Estadual da Conferência (COE) também é um diferencial no Ceará, pois, mesmo após o processo de conferências, desenvolve uma ação contínua de planejamento, reuniões dos delegados e Coletivos Jovens.

Ao longo dos dez anos de participação do Ceará na Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente, é possível observar um crescente engajamento das escolas, e, principalmente, da juventude oriunda do processo das Conferências, nas ações de EA desenvolvidas pelo

Estado e por outras instituições. É notório também o aprofundamento teórico que esses jovens vêm conquistando e o papel de protagonistas que hoje assumem no contexto de suas comunidades. Ressalte-se também a participação dos jovens delegados nas Mostras Regionais e Estaduais de Educação Ambiental da Rede Pública de Ensino do Ceará, cujos projetos apresentados são oriundos da IV CNIJMA.

São estes avanços palpáveis que orientam e inspiram a necessidade de ampliar, na Conferência, o espaço de participação dos jovens. Atualmente, como se pode constatar, jovens com menos de 15 anos já estão cursando o ensino médio, ficando impossibilitados de serem eleitos delegados, ainda que dentro do critério da faixa etária, haja vista, que para participar da Conferência os alunos devem estar cursando as séries finais do Ensino Fundamental.

AUTORAS

Lindalva Costa Da Cruz

Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará – UFC e em Pegadogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Especialista em Tecnologias em Educação pela Universidade do Rio de Janeiro – PRC RIO e Mestra em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Assessora Técnica da equipe de Educação Ambiental da SEDUC e coordenadora da COE Ceará.

Nohemy Resende Ibanez

Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem – CODEA/Diversidade e Inclusão Educacional., Conselheira do Conselho Estadual de Educação do Ceará.

Regina Maria Sousa Chaves

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará – UFC, diretora-presidente da Associação Alternativa Terrazul. Membro do Coletivo Jovem de Meio Ambiente e da Rede Cearense de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – RECEJUMA.

Maria Roseneide Furtado Oliveira

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Especialista em Ensino de Geografia pela Faculdade ATENEU e em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Formadora de Educação Ambiental com experiência em COM-VIDAs e membro da Comissão Organizadora Estadual – COE – na IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

Educação Ambiental Escolarizada em Mato Grosso:

Reflexos e Reflexões sobre as CNIJMA

Andréia da Silva Pereira Franceschetto
Valdiney Vieira da Silva
Giselly Rodrigues das Neves Silva Gomes

Mato Grosso é um estado que, por meio de diversas instituições, construiu uma história em Educação Ambiental (EA) em meio ao caos promovido pelo modelo de desenvolvimento econômico centrado no agronegócio.

> ***Mato Grosso é um estado de grande potencial econômico e social decorrente da riqueza que dispõe em recursos florestais e hídricos, aliado a biodiversidade, assim como, pela sua diversidade cultural e múltiplas manifestações culturais. Infelizmente, porém, tem convivido com modos de produção que impõem forte pressão antrópica sobre os recursos naturais existentes*** (MATO GROSSO, 2011).

Neste sentido, desde o protagonismo das ONGs locais, militantes, jovens e a sociedade civil organizada em geral, traduzem a história da EA num mosaico fundante da discussão atual.

De tal maneira, na complexidade de tratar da EA no contexto escolar, a escola tem referências e práticas diversas e dissonantes, buscando-se processos que favoreçam esses ambientes a tornarem-se espaços educadores sustentáveis. Em nosso contexto, o projeto de Educação Ambiental (PrEA, 2004), a dimensão da relação escola-comunidade, representada pela proposta do PAEC – Projeto Ambiental Escolar Comunitário, conclama para a necessidade de participação da sociedade nos projetos e programas educativos.

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT), em relação a EA adensa-se com a institucionalização no organograma desta Secretaria, buscando incluir a EA nos espaços de formação continuada, ampliar as ações de formação global de seus profissionais remetido à concepção da transversalidade e da EA que busque minimamente (MATO GROSSO, 1998):

- Considerar o contexto escolar, a realidade em que estão inseridos os estudantes, professores e comunidade;
- A legitimidade dos conteúdos curriculares adequadas às realidades com visão mais holística;
- A inovação metodológica;
- A renovação reflexiva e reconstrutiva do processo de avaliação contínua;
- Incorporação de temas relacionados as diversidades educacionais, bem como, aos conflitos socioambientais locais e globais;
- Formação continuada dos profissionais da educação.

Ao longo dos últimos 10 anos (2004-2014), a política pública de EA construída pela Seduc-MT tem coadunado à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), especialmente no âmbito do Ministério da Educação (MEC), de modo que, a participação das escolas mato-grossenses nas Conferências Nacionais Infantojuvenis de Meio Ambiente (CNIJMA) podem sugerir os reflexos dessas políticas e, ao mesmo tempo, nos permitem refletir sobre os caminhos que nos permitam avançar rumo a construção de Sociedades Sustentáveis Mato-grossenses.

No plano de desenvolvimento MT+20, que foi construído como uma agenda estratégica de longo prazo, um dos condicionantes para MT, além da política ambiental, é a política social com destaque para a Educação. Neste sentido, percebemos a influência do atual cenário nas políticas do estado, e é neste sentido que o Plano Plurianual 2012-2015 traça ação específica para EA através da *Ação 4383 – Fortalecimento da Educação Ambiental na Educação Básica*, com o objetivo de promover o desenvolvimento de práticas pedagógicas que tratem com criticidade as questões socioambientais globais (Mato Grosso, 2011).

O alinhamento das políticas estaduais (Plano Estadual de Educação; Programa Mato-grossense de Educação Ambiental) com o Plano Nacional de Educação e especificamente as

estratégias como as Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente, que vieram a compor atualmente o Programa Nacional Escola Sustentáveis (PNES), trouxe reflexo em outros aspectos da política pública estadual como é o caso das Orientações Curriculares da Educação Ambiental (MATO GROSSO, 2010, p.56):

> ***Nos anos de 2003 a 2006, o Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente (Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental), realizaram a II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que teve como objetivo a formação de professores e o envolvimento de estudantes do ensino fundamental, bem como a organização de Conferências Escolares em todas as escolas do país. Estas ações também se voltaram para a formação de estudantes do ensino médio, ao promover inúmeros Coletivos Jovens no território nacional. Frente a esse cenário referenciado historicamente pelo movimento ambientalista no Brasil e por ações e políticas que fortaleceram a EA em nosso país, considera-se também, o processo desencadeado pelas Secretarias de Estado de Educação, ao propor diretrizes curriculares incluindo a temática ambiental. Destaca-se também, a elaboração de políticas estaduais e programas estaduais e municipais de Educação Ambiental, além da criação de Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEA). Essas iniciativas vêm promover o debate das estratégias para a implantação da EA no ensino formal, na formação dos professores e na institucionalização da EA nos diversos segmentos da sociedade.***

O atual Plano Estadual de Educação aponta este diagnóstico, e como cita Gomes (2009), a partir deste trabalho, inaugurou-se um novo momento da Educação Pública no contexto da EA, onde o Projeto de Educação Ambiental - PrEA, apresentou diretrizes educacionais para a EA, concebida nos princípios da inclusão social, justiça ambiental, respeito ao ensino público e ao bem comum.

É importante considerar a inserção da dimensão ambiental nos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP, para o fortalecimento da EA, sendo que a mesma como Programa de Políticas Públicas, direcionará a consolidação da função social da educação, que converge para o compromisso com a transformação social e a responsabilidade ecológica (PEE, 2014).

Em consonância com o Programa Mato-grossense de Educação Ambiental - ProMEA, projetos de EA deverão pautar-se em ações que tenham como base: parceria com outras Instituições; estímulo a mediação pedagógica; reconhecimento dos múltiplos saberes; incentivo a um enfoque complexo e emancipatório; reflexão sobre a ética menos antropocêntrica; respeito à diversidade biológica e à diferença cultural e étnica; oportunização à visão da complexidade ambiental, sem perder a dimensão regional; descentralização das ações, fortalecendo os municípios; adequação das proposições da EA às realidades socioeconômicas, ambientais e regionais; transversalização da EA em projetos, programas, currículos e instituições; respeito à autonomia e liberdade dos sujeitos e instituições através de pactos éticos; adoção dos princípios à construção de sociedades sustentáveis, através da ampliação das parceiras interinstitucionais e intersetoriais.

Outro importante reflexo se vê no Plano estratégico 2013-2023 da Seduc-MT, através do objetivo estratégico 13: "*Desenvolver a cultura sócio ambiental no âmbito da Instituição*", com iniciativas como: incentivar a participação da comunidade escolar nos CDCE, grêmios estudantis, Conselhos Diretores e COM-VIDA; assegurar projetos ambientais escolares comunitários articulados ao PPP que promovam a sustentabilidade; produção de materiais didático-pedagógicos em EA; formar professores na área específica da EA e suas interfaces com as questões de gênero, diversidade sexual, etnicorracial, economia solidária e educação especial; promover ações de EA com os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas e assentados (MATO GROSSO, 2013).

Enquanto pensamos as intersecções da política do nosso Estado o reflexo das demandas e discussões da política nacional, vemos que durante as edições das conferências, Mato Grosso vivenciou um momento de grande efervescência marcado por conferências, encontros de juventude pelo meio ambiente, entre outros.

Marcada pela participação dos diversos atores, os processos preparatórios que antecederam as conferências bem como a sua realização em âmbito estadual, buscaram incluir ações como reuniões preparatórias, formações, encontros, oficinas de conferência, com a presença e parceria de representantes dos polos dos CEFAPRO (Centros de Formação e Atualização de Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso), Secretarias Municipais de Educação e Assessorias Pedagógicas, na tarefa de multiplicar as informações sobre as conferências.

Para a 4ª edição da CNIJMA, todas as instituições envolvidas com a EA, foram convidadas para serem parceiras, compondo oficialmente a Comissão Organizadora Estadual (COE) da IV edição da CNIJMA. Portanto, além da SEDUC enquanto membro e coordenadora da COE/MT, fizeram parte, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado de Saúde (SES), Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (DETRAN/MT), União dos Dirigentes Municipais (UNDIME/MT), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU), Secretaria Municipal de Educação (SME/Cuiabá), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA/Cuiabá), Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA) e Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJ/MT), conforme Portaria N.º 346/2013/GS/SEDUC/MT, publicada no Diário Oficial de Mato Grosso.

Na ausência de registros quali e quantitativos sobre os trabalhos pedagógicos desencadeados pelas escolas de Mato Grosso durante os processo da 1ª, 2ª e 3ª CNIJMA, porém, ainda assim constata-se avanços no cenário de participação das escolas, seja no âmbito quantitativo, como no âmbito qualitativo.

Na 1ª edição da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente que foi realizada em 2003, 240 instituições de Mato Grosso realizaram as conferências nas escolas, sendo que deste total, 113 eram estaduais, 100 municipais e 27 particulares. Nesta primeira edição, segundo o MEC (2003), MT foram 3 os delegados jovens eleitos nas Pré-Conferências Estaduais.

Em 2004, a Seduc realizou Seminário de Formadores para a Educação Ambiental nas Escolas, visando a formação do PrEA – Projeto de Educação Ambiental e a mobilização de 245 unidades de Mato Grosso, para a criação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida. Neste período foi discutido sobre a realização da 2ª CNIJMA e a implementação da Agenda 21 Escolar. A intenção foi de realizar inicialmente o trabalho nas 245 escolas que participaram da 1ª CNIJMA, realizada em 2003. Na oportunidade, a representante da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) do MEC, Neusa Helena Barbosa, frisou que o grande desafio era fazer com que o programa chegasse até o aluno, professor e comunidade. O seminário contou com 40 multiplicadores, parte dos CEFAPROS, Organizações Não Governamentais (ONG's), Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMA) atualmente SEMA, IBAMA e de Secretarias

Municipais de Educação. Entre os multiplicadores estavam ainda 12 estudantes de várias universidades de Mato Grosso, inclusive indígena, que foram responsáveis pela formação dos jovens nas unidades escolares.

Durante a preparação para a II Conferência Nacional Infanto-Juvenil de Meio Ambiente, em 2006, foi a realizada a Conferência Infanto-Juvenil do Pantanal Matogrossense (2005), promovida com apoio do MEC em parceria com a Seduc, Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) e UFMT. Teve a participação de cerca de 300 pessoas, entre jovens e formadores, que participaram de mesas redondas e grupos de trabalhos, discutindo os temas, Convenção da Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Segurança Alimentar e Nutricional e Diversidade Étnico-racial. No total, 83 escolas estaduais de 37 municípios mato-grossenses estiveram presentes no evento. Nesta edição, a delegação matogrossense para a etapa nacional contou com 27 componentes, sendo 20 delegados, dentre estes, um estudante indígena e 1 de assentamento (não houve a participação de delegado quilombola ou pessoa com necessidade especial), 3 acompanhantes da COE e 1 acompanhante indígena, 3 facilitadores do Coletivo Jovem (MEC, 2006).

Já na III CNIJMA, foram 147 escolas de 47 municípios que realizaram as conferências escolares (MEC, 2009). Após a etapa nacional, os jovens se reuniram numa atividade de pós-conferência, com cerca de 100 pessoas de 20 municípios do Estado de Mato Grosso avaliando os resultados da etapa nacional e discutindo a preparação para a I Conferência Internacional de Meio Ambiente.

No contexto da CNIJMA/2013, apresentamos os reflexos e nossas reflexões acerca das propostas das escolas participantes e, desde já consideramos tímida a questão da interdisciplinaridade nos projetos das conferências, fato agravado pela paralisação dos profissionais da educação pública na rede estadual, com reflexos em algumas secretarias municipais de educação também no mesmo período. Ainda assim, atingimos a meta mínima de participação de Mato Grosso (10% do numero total de escolas com turmas de 5ª a 8ª/6° ao 9° ano), com o total de 148 escolas da rede estadual, municipal e privada, cadastradas no site da conferência.

Para a etapa estadual foram selecionados pela COE/MT, 86 projetos de 32 municípios do estado Mato Grosso. Participaram desta etapa 143 pessoas, dentre as quais 82 eram delegados(as), 42 acompanhantes (professores/as), 5 representantes da COE, 11 técnicos/as da Seduc e 01 representante do Ministério do Meio Ambiente/MEC, Cristiano Cunha, entre outros convidados.

Avaliação qualiquantitativa dos projetos da IV CEIJMA

Conferência Estadual Infantojuvenil pelo Meio Ambiente de Mato Grosso

Temas de Abrangência dos projetos	%
Horta	17,07%
Arborização e Jardinagem	14,63%
Conscientização desperdício de água	12,20%
Sensibilização Ambiental: Campanhas, Palestras	9,76%
Lixo e coleta seletiva	8,13%
Captação de água da chuva	6,50%
Sensibilização Ambiental Partindo Da Conservação Espaço Escolar	5,69%
Agenda 21 e Com-Vidas	5,69%
Reflorestamento e recuperação de área degradada	3,25%
Agenda azul diversa	3,25%
Impacto ambiental	2,44%
Cultura e costumes regionais na formação de alunos leitores	2,44%
Reutilização de pneus	1,63%
Alimentação saudável	1,63%
Reciclagem De Papel	0,81%
Reaproveitamento De Resíduos De Madeira	0,81%
Horta Suspensa	0,81%
Recuperação De Mata Ciliar	0,81%
Laboratório de aprendizagem	0,81%
Banco de sementes	0,81%
Aerogerador	0,81%

Conclusão

A cada etapa das conferências percebemos que o cenário de participação das escolas tem se efetivado a cada edição e no que diz respeito a esta última, a participação das escolas do campo, em especial as escolas dos assentamentos, proporcionalmente às escolas urbanas, foi expressiva.

Tal constatação nos leva a crer que o avanço das políticas públicas no Estado, o qual considera as diversidades educacionais, busca valorizar as diversas culturas, identidades do povo matogrossense, a inclusão de todos e todas, demonstra tais reflexos nesta IV CNIJMA. Muitas dessas escolas do campo sofrem diretamente com o avanço do agronegócio em seus territórios, o qual gera conflitos socioambientais de toda ordem, como o envenenamento da terra e das pessoas que nela habitam. Isso também nos leva a concluir que, é diante do caos que emergem o movimento de luta e a busca pelas possibilidades de transformação.

De tal maneira, no âmbito geral das políticas públicas estaduais voltadas para EA torna-se clara a convergência com os acontecimentos advindos dos processos de conferencias e das políticas nacionais, nos aspectos da formação de professores, protagonismo juvenil, na participação da comunidade e construção coletiva, fortalecimento das Com-Vidas, dando sentido à polissemia que constitui os avanços alcançados no cenário nacional e estadual. Este contexto aponta, portanto, a necessidade imperativa da ampliação de políticas que consolidem e intensifiquem o objetivo de tornar a escola referência de sustentabilidade em sua comunidade.

Referências

GOMES. G. R. N. S. Educação Ambiental Escolarizada na Rede Pública de Ensino em Mato Grosso. 2009. 80f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2009.

MATO GROSSO. Política de Educação Ambiental (PEA-SEDUC). Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: 1998.

_____. Projeto de Educação Ambiental – PrEA. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.Cuiabá: Tanta Tinta, 2004.

_____. Plano Plurianual 2012-2015. Secretaria de Estado De Planejamento e Coordenação Geral, Lei nº 9.675, 20 de dez. 2011.

_____. Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais. Cuiabá, 2010.

_____. Plano Estratégico 2013-2023. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá, 2013.

_____. Portaria N.º 346/2013/GS/SEDUC/MT. Diário Oficial de Mato Grosso, Mato Grosso, MT, n. 26127, 10 de set. 2013, p. 25 -27.

_____. Plano Estadual de Educação. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relatórios Final da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Brasília: 2003.

_____. Relatórios Final da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Brasília: 2006.

_____. Relatórios Final da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Brasília: 2009.

AUTORES

Andréia da Silva Pereira FRANCESCHETTO

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, linha de pesquisa em Educação e Meio Ambiente. Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora da Educação Básica da rede estadual de Mato Grosso.

Valdiney Vieira da SILVA

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, linha de pesquisa Produção do Espaço Regional. Graduado em Licenciatura Plena Em Geografia pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Possui especialização em Psicopedagogia e MBA em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Professor efetivo da rede pública estadual.

Giselly Rodrigues das Neves Silva GOMES

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT, com pesquisa desenvolvida na linha Educação e Meio Ambiente. Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela UFMT, Especialista em Instrumentalização e Dinâmica dos Conteúdos de Ciências Naturais no Ensino Médio/UFMT. É professora efetiva no Ensino Básico da Rede Pública Municipal de Cuiabá e na Rede Pública do Estado.

A Sociedade Civil e os 10 Anos de CNIJMA

Isis Lima Soares
Grácia Lopes Lima
Mariana Manfredi Magalhães

Em novembro de 2013, durante a realização da etapa nacional da IV CNIJMA, educadores e educadoras ambientais envolvidos historicamente no processo de Conferência reuniram-se pelos corredores do CTE-CNTI[4], em Luziânia, preocupados com a continuidade e a qualidade do processo das Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente. A preocupação tinha relevância: o ano seguinte seria marcado por uma nova eleição presidencial, e mesmo com uma possível reeleição do atual governo, era notável um certo esvaziamento político no campo da EA no âmbito do Governo Federal. Mais uma vez havia necessidade de mobilização e articulação efetiva, que pautasse os rumos da política de EA no Brasil especialmente no que diz respeito a ações com crianças e adolescentes, dentro e fora da escola.

Convictos de que a realização das Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente marcam um processo histórico inédito no que se refere à participação ativa de crianças e adolescentes na construção da democracia participativa e da sustentabilidade socioambiental do país, a sociedade civil redigiu um documento, entregue a todos os participantes do evento, intitulado "Carta Aberta da Sociedade Civil na IV CNIJMA"[5]. Nele, elucida uma série de considerações a respeito da necessidade de institucionalização da Conferência no âmbito do Governo Federal, de modo a avançar na consolidação de uma EA crítica, transformadora e emancipatória.

4 Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, localizado em Luziânia, Goiás, e local de realização da II, III e IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

5 A Carta Aberta da Sociedade Civil na IV CNIJMA foi assinada por mais de trinta coletivos e instituições, e está disponível na íntegra em https://docs.google.com/forms/d/19HzNV_8XSfkNXOFn7VMjixDDnF1vmZm2nDqchSTFg0Y/viewform

O documento parte do entendimento de que crianças e adolescentes encontram-se num momento da vida marcado pela vontade de ver, ouvir, experimentar e assimilar intensamente tudo o que é novo e que, nesse sentido, a CNIJMA constitui-se como um importante espaço de formação política, articulação, fortalecimento de processos democráticos e participação infantojuvenil, assim como apontam os princípios "jovem educa jovem", "jovem escolhe jovem" e "uma geração aprende com a outra". Além disso, outros elementos fundamentais foram abordados durante a construção da Carta, e orientam o processo de Avaliação criado a partir de então:

12. que crianças e adolescentes são sujeitos de direito e, portanto, essenciais na concepção e avaliação de políticas públicas no país;

13. que a principal característica da CNIJMA é a formação continuada de crianças, adolescentes e jovens, para que assumam responsabilidades para cuidar do Brasil e também nomeiem seus anseios para construção de novas políticas;

14. que as deliberações das Conferências anteriores, especialmente a criação de espaços permanentes de ação socioambiental nas escolas (as COM-VIDAS e Agenda 21 Escolar) e formação das novas gerações para a construção de sociedades sustentáveis (o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente), vêm produzindo importantes impactos no cenário educativo e socioambiental do país;

15. que os Coletivos Jovens de Meio Ambiente, criados com o objetivo de envolver as juventudes na discussão e engajamento na temática ambiental, desempenham papel fundamental e político no processo de mobilização, articulação e formação das escolas para as Conferências em todas as esferas;

16. que cabe aos adultos, sejam eles da sociedade civil ou dos governos, criar espaços que assegurem a participação efetiva de crianças e adolescentes na organização da vida na sociedade;

17. que as redes de Educação Ambiental, formadas por indivíduos, organizações e movimentos sociais de todo o país, especialmente a REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental e a REJUMA - Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade, têm desempenhado um importante papel no enraizamento desta política nos territórios.

A Carta despede-se com um convite: "uma vez que as Conferências representam um marco na gestão das políticas públicas de educação ambiental no Brasil, faz-se fundamental a

promoção de uma profunda reflexão e avaliação participativa, baseada nos reais avanços obtidos até o momento. É chegada a hora de estudantes, jovens, professores, gestores escolares, Comissões Organizadoras Estaduais, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, Redes de Educação Ambiental, Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, entre outros, realizarem um novo processo: o de compartilhar experiências vividas, coletar e analisar informações sobre as conferências em suas diferentes etapas, analisar as metodologias utilizadas, investigar os desdobramentos ocorridos no território, analisar os processos de trabalho das Comissões Organizadoras, e planejar os próximos dez anos de CNIJMA".

Em fevereiro de 2014, a sociedade civil passa a realizar reuniões virtuais, com o objetivo de definir o escopo, a metodologia e a organização do processo de avaliação. Tais encontros foram divulgados amplamente através da internet, especialmente via *e-mail* e nas redes sociais, e também foram gravados e posteriormente disponibilizados em uma página do Facebook denominada Avaliação dos 10 anos de CNIJMA (*https://www.facebook.com/avaliacao.cnijma*). No total foram realizadas 06 (seis) reuniões virtuais, que contaram com a participação de cerca de quarenta pessoas, entre delegadas e delegados infantojuvenis, membros de Coletivos Jovens, representantes de Comissões Organizadoras Estaduais, oficineiros, consultores, e membros das equipes de coordenação de diferentes edições da CNIJMA.

O início dos trabalhos foi marcado pela constatação de que, nos últimos 10 anos, inexistiram mecanismos de avaliação (participativos ou não) sobre o processo das Conferências, havendo total ausência de dados sistematizados e consistentes que possam subsidiar uma avaliação mais detalhada do processo. Isso significa que o trabalho seria ainda mais desafiador, principalmente pela dificuldade em reunir e organizar uma diversidade de informações quantitativas e qualitativas sobre o funcionamento de cada uma das edições da CNIJMA.

Todos tinham ciência que a articulação de uma avaliação de tamanha complexidade, que exige o mapeamento de diferentes experiências realizadas em todo o país, demanda algo além de mobilização e capacidade de gestão: seria necessário captar recursos que viabilizassem que diferentes atores, envolvidos em cada uma das etapas da CNIJMA, fossem ouvidos com a devida atenção, bem como que as informações necessárias fossem recolhidas e analisadas por diferentes olhares, com tempo necessário para produzir uma leitura madura dos dez anos de história. O mais sensato, neste momento, seria planejar uma avaliação em etapas, que ao mesmo tempo que avance na elaboração de resultados efetivos, tenha um tamanho condizente com as pernas dos indivíduos, instituições e coletivos que nela se envolvessem.

Há que se destacar que a IV CNIJMA foi a primeira edição realizada em tempos de acesso massivo à internet[6], especialmente por crianças e adolescentes, e o fato de ter sido criado um grupo no Facebook para reunir os delegados e delegadas não poderia ser ignorado: em dois meses a quantidade de participantes já alcançava a marca de 800, e a quantidade de novos integrantes aumentava a cada dia. Estava posta, aí, a possibilidade de acessar outros meninos e meninas que participaram de edições anteriores da Conferência, e que comumente relatam quão transformador foi ter "ido a Brasília", ou mesmo participado de uma etapa estadual.

Mapeadas as expectativas e potencialidades dessa tarefa, o grupo elaborou as Perguntas de Avaliação, ou seja, trabalhou na identificação mais exata do que gostariam de saber em relação à CNIJMA. São elas – as perguntas - que apontam as principais questões que mobilizam o processo de avaliação da CNIJMA, de acordo com o compromisso da Conferência em formar jovens aptos a intervir nas políticas públicas de educação e meio ambiente[7]: 1) Qual o contexto político de realização das Conferências no país? 2) Que condições foram criadas para a realização das Conferências nas escolas? 3) Em que medida a realização da Conferência colaborou com a incorporação do viés da educação ambiental nas práticas pedagógicas? 4) Quais foram os impactos da Conferência na formulação e execução de políticas de educação ambiental no Brasil?

Na sequência, o grupo caminhou na elaboração da Matriz de Avaliação, que se propõe a organizar as possibilidades de avaliação do processo como um todo. Uma vez construída, seria possível decidir onde e como investir em cada um dos seus aspectos. Sua produção teve como desafio identificar os valores que baseiam cada pergunta, para transformar em afirmações. Por exemplo: a pergunta '*Como foram desenvolvidos os projetos para levar pra conferência?*' transformou-se na afirmação '*processo de elaboração das propostas e projetos de acordo com os princípios da CNIJMA*'.

Um bom modo de compreender a matriz é valer-se do entendimento de que "a Conferência dos sonhos" atende a todos os critérios abaixo citados, e que é esse referencial que será utilizado para identificar a eficiência e eficácia da CNIJMA durante os últimos dez anos.

6 De acordo com a pesquisa TIC Kids Online, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, em 2013, 71% das crianças e adolescentes com idade entre 9 e 16 anos acessaram a internet através de um computador de mesa, e 53% acessam através de um dispositivo móvel, principalmente o telefone celular.

7 Informação extraída do Relatório da III CNIJMA, disponível em http://conferenciainfanto.mec.gov.br/index.php/2012-05-22-18-29-37/2012-05-30-19-46-17

Tabela - Matriz de Avaliação da CNIJMA

CONTEXTO	CONDIÇÕES	AÇÃO PEDAGÓGICA	DESDOBRAMENTOS
Qual é o contexto político de realização das Conferências?	**Que condições foram criadas para a realização das Conferências nas escolas?**	**Em que medida a realização da Conferência colaborou com a incorporação do viés da EA nas práticas pedagógicas?**	**Quais foram os impactos da Conferência na formulação e execução de políticas de EA no Brasil?**
Articulação entre diferentes atores - Comissões Organizadoras Estaduais compostas por governo e sociedade civil, e com atuação em parceria durante todo o processo da CNIJMA - participação ativa dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente nas COEs - participação ativa das Redes de EA na organização e mobilização das conferências	Mobilização das escolas - antecedência da chegada do material orientador em relação ao prazo de realização das conferências - oficinas de conferência realizadas em todo território nacional - professoras e professores formados para realizar as Conferências de acordo com os princípios orientados pelo MEC	Desenho e aplicação da proposta metodológica da conferência nas escolas e nos Estados - programação das Conferências escolares, regionais e estaduais adequadas aos conteúdos e metodologias orientadas pelo MEC - processo de escolha de delegados e suplentes coerentes com o princípio "jovem escolhe jovem" e "uma geração aprende com a outra" - processo de elaboração das propostas e projetos de acordo com os princípios da CNIJMA - temas abordados de maneira profunda e com realização de oficinas pertinentes à visão de educação ambiental da CNIJMA - produtos de comunicação realizados através de produção coletiva, na perspectiva da educomunicação	Implementação das propostas e projetos na escola - escolas mobilizadas e comprometidas na implementação dos projetos criados durante a Conferência na escola - COM-VIDAS (Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) criadas com o objetivo de contribuir com a participação ativa de estudantes na gestão do espaço escolar
	Atuação das Comissões Organizadoras Estaduais (COEs) - COEs com capacidade orçamentária para realização de eventos preparatórios e formativos com as escolas - COEs com disponibilidade política e orçamentária para viabilizar a atuação da sociedade civil nas ações de mobilização da CNIJMA - COEs articuladas e permanentes, inclusive durante o intervalo de realização das edições da CNIJMA	Conferência como ação interdisciplinar - professoras e professores de diferentes disciplinas envolvidos na realização das Conferências nas escolas - estudantes de diferentes anos envolvidos na realização das Conferências nas escolas - Conferências realizadas como um evento inter, trans e multidisciplinar	Impacto nas políticas locais - propostas e projetos criados nas escolas pautam aelaboração de políticas públicas no âmbito municipal e estadual

CONTEXTO	CONDIÇÕES	AÇÃO PEDAGÓGICA	DESDOBRAMENTOS
			Implementação das resoluções da etapa nacional - resoluções elaboradas durante a etapa nacional pautam a elaboração de políticas públicas no âmbito federal
			Participação política dos adolescentes - adolescentes envolvidos em outras ações de cunho ambiental e de participação juvenil, a partir da participação na CNIJMA

Uma vez construída a Matriz, a próxima etapa seria definir quais aspectos há interesse e disponibilidade em avaliar, e quais instrumentos/estratégias seriam utilizados em cada caso, sempre priorizando mecanismos gratuitos, universais e de fácil difusão. Aventou-se, nesse período, a possibilidade de elaboração de questionário *online*, individual, para coleta de dados/mapeamento de processo; questionário *online*, individual, para avaliação do processo em diferentes âmbitos; convite para que grupos se encontrem e, a partir de um roteiro de conversa, avaliem o processo da Conferência em diferentes âmbitos; organização e sistematização dos dados em um Encontro Nacional para compartilhamento e avaliação dos dados. Cogitou-se, também, a possibilidade de firmar parceria com Universidades, de modo a acessar bolsas de pesquisa, que viabilizassem pesquisadores para mergulhar mais a fundo nos dados obtidos através deste processo, além de conferir um caráter científico à avaliação.

O ano de 2014 seguiu seu curso, e o ritmo e a disponibilidade de tempo dos envolvidos com este processo foi diminuindo. Em nenhum momento cogitou-se esquecer ou mesmo "deixar pra lá" tamanho desafio, mas ficou evidente que, sem uma mobilização que permita estrutura para realizar esse processo de avaliação, pouca coisa poderia avançar. Certamente a produção deste artigo é um elemento mobilizador que, esperamos, possa gerar novos frutos para uma demanda tão legítima quanto a relatada acima.

É necessário destacar, por fim, que processos de avaliação de políticas públicas, especialmente no que concernem à participação social, carregam consigo um certo ineditismo, uma vez que o próprio processo de democratização do país é muito recente. Ainda que tenham sido criadas na década de 1940, quando o então presidente Getúlio Vargas convocou as primeiras conferências de saúde, foi nos últimos doze anos que o governo federal, especialmente o do Presidente Lula, adotou sistematicamente essa estratégia de diálogo com a sociedade[8].

8 Entre 1941 e 1988, foram realizadas no Brasil 12 conferências nacionais, todas na área de saúde, pioneira na adoção desta prática participativa e deliberativa. Entre 1988 e 2009, foram realizadas 80 conferências nacionais, distribuídas entre 33 temas. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010)

É inegável que as Conferências realizadas nos últimos anos envolveram um número cada vez maior de pessoas, seja como delegados na etapa nacional, seja indiretamente nas etapas estaduais, municipais ou regionais que a precedem, e também nas conferências setoriais, livres e virtuais. A diversidade temática, tanto em relação a direitos sociais historicamente estabelecidos, quanto às novas áreas de políticas públicas fizeram com que temas pouco abordados pela grande mídia fossem tratados sob a ótica da participação. Outro aspecto relevante é a periodicidade de realização – as conferências habitualmente acontecem a cada 2 ou 4 anos – que propiciam um ciclo de concepção e avaliação das políticas fundamental para o momento histórico de consolidação da democracia no Brasil. Esses processos, contudo, ainda engatinham no sentido de mobilização e participação da sociedade civil como um todo.

Ainda que a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente não seja considerada efetivamente uma conferência de política pública, e sim "um instrumento voltado para o fortalecimento da cidadania ambiental nas escolas e comunidades a partir de uma educação crítica, participativa, democrática e transformadora"[9], a escolha pelo título *Conferência* lhe confere características decisivas em relação aos valores, princípios e metodologias adotados até então. Recuperar o conceito que inspira essa escolha, pois, é fundamental para produzir uma avaliação séria e condizente com dez anos de história de Conferências de Meio Ambiente.

Esperamos que 2014 tenha inaugurado uma nova etapa nos processos de Conferências Infantojuvenis, e que as reflexões desencadeadas por essas narrativas colaborem com o real fortalecimento da Política Nacional de Educação Ambiental. Certamente há muito que se avançar, e o registro dessa história em muito contribui na construção de uma sociedade justa e solidária para com suas crianças e adolescentes, e com o ambiente em que estão inseridas.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. Manual orientador dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Brasília, DF, 2005

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil - TIC Kids Online Brasil 2013. São Paulo: CGI.br, 2013. Coord. Alexandre F. Barbosa. Disponível em: <http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic-kids-online-2013.pdf>. Acessado em 24 jan. 2015

9 Informação retirada do sítio do Ministério da Educação, disponível em 3 de março de 2014. http://conferenciainfanto.mec.gov.br/index.php/2012-05-22-18-29-37/2012-05-30-19-17-24

SOARES, Isis Lima. Considerações sobre 10 anos de Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente. São Paulo, 2014. Disponível em: http://pt.slideshare.net/isislimasoares1/tcc-i-sis-finalPRODUTO 5_CadernoAvaliação_19FEV.docx. Acessado em 27 de janeiro de 2015

POGREBINSCHI, Thamy, SANTOS, Fabiano. Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional. Revista Dados 54 nº 3. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n3/v54n3a02.pdf>. Acessado em 15 dez 2014.

Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL). Série Pensando o Direito. Conferências Nacionais, Participação Social e Processo Legislativo, nº 27, 2010. Disponível em <http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wpcontent/uploads/2012/12/27Pensando_Direito.pdf>. Acessado em 15 de dezembro de 2014.

AUTORAS

Isis Lima Soares

Graduada em Sociologia e Política, pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Corresponsável pelo Projeto Cala-boca já morreu – porque nós também temos o que dizer. Atuou no Coletivo Jovem de Meio Ambiente de São Paulo de 2003 a 2007, participou da Comissão Organizadora Estadual e atuou como oficineira nas quatro edições da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e na Conferência Vamos Cuidar do Planeta. - São Paulo, SP

Grácia Lopes Lima, Projeto Cala-boca já morreu, São Paulo, SP

Doutora em Educação pela FE-USP, Mestre em Comunicação pela ECA-USP, consultora em educomunicação nas quatro Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente e na Conferência Vamos Cuidar do Planeta. Corresponsável pelo Projeto Cala-boca já morreu – porque nós também temos o que dizer - São Paulo, SP

Mariana Manfredi Magalhães, Projeto Cala-boca já morreu, São Paulo, SP

Graduada em Sociologia e Política, pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Corresponsável pelo Projeto Cala-boca já morreu – porque nós também temos o que dizer. Atuou no Coletivo Jovem de Meio Ambiente de São Paulo de 2003 a 2007, participou da Comissão Organizadora Estadual e atuou como oficineira nas quatro edições da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e na Conferência Vamos Cuidar do Planeta. - São Paulo

Experiência dos Alunos da COM-VIDA da Escola Murilo Braga/RO

Protagonistas na IV CNIJMA

Carmem Silvia de Andrade Corrêa
Francidalva do Nascimento Silva,
Ingrid Luize Brasil Lima

Para Guimarães (2007, p.90), "o que falta no processo educativo para que venha este mundo melhor? Um caminho percebido por esta perspectiva crítica é o da ampliação do ambiente educativo para além dos muros da escola superando a fragmentação e a dualidade que tradicionalmente não se complementam entre educação formal (escolar) e não-formal. É o processo educativo da escola, estar integrada, interagindo com os movimentos externos a ela, presentes nas comunidades. Isso se contextualiza no processo formativo das ações cotidianas de constituição da realidade próxima, local, na comunidade, à qual a escola está inserida, mas sem perder o sentido que esta realidade próxima é influenciada e influi na constituição da realidade global. Nessa concepção, entende-se que a transformação de uma realidade se concretiza pela transformação de indivíduos que se conscientizam e, portanto, atuam na construção de novas práticas individuais e coletivas".

Portanto, para que o indivíduo possa transformar seus valores, hábitos e atitudes, a sociedade também precisa ser transformada em seus valores e práticas sociais. Desta forma entendemos que as conferências infantojuvenis chegaram para colocar a escola nessa integração e interação, partindo do princípio que os indivíduos não estão isolados na sociedade. Assim, optamos em realizar a IV Conferência Infatojuvenil pelo Meio Ambiente, que teve como tema Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis, na escola Murilo Braga, através de uma metodologia lúdica, coletiva e participativa, de forma que envolvesse a comunidade do entorno na implementação de ações resultantes de debates locais, assim como nas políticas de estruturação da EA no espaço escolar, além de incentivar os alunos da Com-Vida a agir como protagonistas em todo o processo da conferência na escola, discutindo e propondo soluções socioambientais, respeitando e valorizando opiniões coletivas na busca da qualidade de vida de todos.

A conferência aconteceu em 2013, porém os preparativos na escola Murilo Braga começaram em 2012, sob a coordenação dos alunos da Com-Vida (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida), criada desde a III Conferência, e das professoras coordenadoras. Iniciamos, no começo de 2012, com a apresentação de como seriam as fases da conferência junto aos alunos, professores, funcionários, parceiros e comunidade, pois queríamos envolver todos no processo e assim, tornar a escola um espaço de debates sobre problemas socioambientais e de construção de propostas de políticas ambientais com o tema espaço educador sustentável bem mais amplo. Ou seja, levar a escola a agir além de seus muros, definindo propostas de política ambiental para sua comunidade do entorno.





Alunos da Com-Vida apresentando as fases da Conferência a alunos, professores e funcionários.

Fotos: Arquivo da Com-Vida Murilo Braga/Março 2012

Durante o ano de 2012, montamos estratégias de como seria o processo da conferência na escola. Os alunos da Com-Vida foram divididos em grupos e cada grupo ficou responsável por várias ações de mobilização, entre as quais, divulgação na escola e comunidade, organização da conferência e busca de parceria. De agosto a novembro de 2012, os alunos da Com-Vida foram preparados em uma oficina pré conferência, com a mediação dos jovens do Coletivo Jovem de Rondônia, onde os alunos entenderam os subtemas, Terra, Água, Ar e Fogo, conheceram e discutiram o tema espaço educador sustentável, leram o material das antigas conferências e simularam uma conferência na escola. Durante a simulação os alunos criaram uma escola imaginária, com vários problemas socioambientais na escola e no entorno e, através da metodologia da árvore dos sonhos, criaram

vários projetos para a tal escola, que foram apresentados e discutidos entre eles. Nesta etapa, tivemos como propósito incentivar e mobilizar uma nova geração para que se empenhassem na resolução de problemas socioambientais não somente dentro da escola, mas também no território onde a mesma está inserida, além de incentivar a criatividade e ouvir os adolescentes, garantindo seus direitos de participação na construção de um espaço realmente educador sustentável.





Alunos simulando uma Conferência, criando projetos através da Árvore dos Sonhos

Fotos: Arquivo da Com-Vida





Oficina Pré Conferência com a participação do CJ/RO. Fotos: Arquivo da Com-Vida

Hora de pensar, discutir e planejar

Para a construção de políticas públicas de EA, a tarefa é de todos, pois a Lei 9.795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental) define como responsabilidade do MEC, o desenvolvimento

de processos de EA em todos os níveis e modalidades de ensino. Para tanto, a escola tem um papel importante nesse processo, incitando a participação e o envolvimento de jovens, por meio do apoio das ações. Para isso, incentivamos os alunos do 6º ao 9º anos da escola Murilo Braga ao protagonismo, a participação e exercício da cidadania, no momento em que todo o processo da conferência na escola foi organizada e realizada por eles. Assim, em março de 2013, os alunos da Com-Vida iniciaram as visitas às salas de aulas dos demais alunos da escola para explicar como seria o processo de conferência, escolhendo de forma democrática o tema Água para os 6º anos, Terra para os 7º anos, Ar para os 8º anos e Fogo para os 9º anos, Em seguida, leram e discutiram todos os subtemas. Em maio 2013, os alunos iniciaram a primeira fase da conferencia na escola, algumas turmas saíram pelas ruas do entorno para conversa, anotar, fotografar e entrevistar, como uma forma de ouvir e entender os anseios da comunidade, e assim, buscar os problemas existentes no entorno e trazer para discussão na escola e propor soluções na busca de subsídios que seriam importantes na hora de elaborar os projetos.

Ainda nesta fase os alunos começaram a pensar, discutir e planejar seus projetos para uma escola sustentável. Por ano, foram criados os projetos para a escola e comunidade, tendo como protagonistas os próprios alunos. Os projetos foram criados utilizando uma metodologia lúdica de questionamentos proposto pelo MEC, O quê? Para quê? Quando? Como? Quem?



Alunos da Com-Vida em visitas à salas de aula, falando sobre o processo de Conferência

Fotos: Arquivo Com-Vida Murilo Braga/2013





Alunos diagnosticando problemas socioambientais na comunidade. Fotos: Arquivo da Com-Vida









Alunos pensando, planejanto e discutindo os projetos sustentáveis para escola e comunidade

Fotos: Arquivo Com-Vida

O dia da conferência

O momento em que cada grupo através de seu delegado e suplente defendeu suas ideias em conjunto, foram apresentados para toda a escola e para pessoas da comunidade cinco projetos: 01 do subtema TERRA, 01 do subtema ÁGUA, 01 do subtema FOGO e 02 do subtema AR. Após a apresentação, alunos e professores escolheram através do voto direto o projeto que seria mais viável para o momento. O projeto escolhido como melhor proposta para uma escola sustentável foi o do subtema FOGO, do 9º ano, que foi para as conferências Regional, Estadual e Nacional. Após a votação, foi deixado bem claro que os demais projetos seriam colocados em pratica no decorrer do período de 2014 a 2016. Os grupos também apresentaram seus projetos utilizando outros veículos de informação (Educomunicação), através de vídeos a partir de falas de bonecos de dedoche (grupo água), vinheta e história em quadrinhos (grupo Fogo), vídeo produzido através de fanzine (grupo Terra), telejornal (grupo Ar). O projeto escolhido durante a conferência na escola foi "Cortinas Verdes, Cortinas Vivas: uma experiência na Escola Murilo Braga", que teve como propósito implantar cortinas verdes nas paredes expostas ao sol e assim, amenizar o clima no interior das salas de aulas em uma região tão quente como a nossa, produzir alimentos saudáveis e reduzir o consumo de energia. Desta forma, concluímos a fase de conferência na escola, passamos para as demais fases, chegando à fase nacional.





Dia da Conferência na Escola, votação e apuração dos votos

Fotos: Arquivo da Com-Vida

É importante ressaltar que, a conferência tornou a escola um espaço democrático e de discurso envolvendo vários atores, onde pode pensar e agir juntos, agregando novos parceiros na busca de um futuro melhor para o nosso planeta. Foi muito importante a aproximação do Coletivo Jovem à escola, incentivando a parceria entre gerações, pois o diálogo entre gerações foi fundamental no incentivo aos adolescentes, tanto que alguns sentiram a necessidade de dar continuidade nesse processo, fazendo parte do coletivo jovem, ao sair da escola. A conferência na escola Murilo Braga não foi apenas mais um evento, teve continuidade. Atualmente, nossos

alunos continuam discutindo e buscando soluções para problemas sociais que afetam a escola e a comunidade, continuamos envolvendo pais, funcionários e comunidade em nossas ações. Com as ações coletivas, a Com-Vida da escola tornou-se referência no bairro. Hoje somos procurados pela comunidade para solucionar problemas sempre propiciando atitudes responsáveis e comprometida com a qualidade de vida de todos. Estamos fortalecendo o papel da escola na construção de políticas públicas de educação socioambiental, no momento em que estamos partindo para uma aproximação com a liderança comunitária do bairro, adquirindo forças na discussão onde os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os resultados benéficos a todos. Aumentou a responsabilidade dos alunos, como cidadãos quando se trata da busca por qualidade de vida. Atualmente nossos alunos vão até outras instituições de ensino para criar novas Com-Vidas e partem para o contato direto com a comunidade, através da percepção ambiental, onde detectam os problemas por meio de fotografias, entrevistas e anotações, trazem esses problemas para escola, onde são discutidos em busca de soluções, sempre com o retorno à comunidade. Portanto, acreditamos que o processo de conferência veio para contribuir com o fortalecimento da escola, como um espaço de debate sobre problemas socioambientais, não apenas da escola, mas também da sua comunidade. Trazendo assim, uma dimensão permanente da educação ambiental para a qualidade de vida de todos não somente a nível local mas também a nível global.



Alunos e coordenadora em reunião com líder comunitário do bairro da escola, solucionando problemas na comunidade.

Eco ponto de coleta de lixo eletrônico na escola.

Foto: Arquivo da Com-Vida Murilo Braga

Referência

GUIMAR ES, Mauro. In. Educação Ambiental: participação para além dos muros da escola, pp.86-94,2007.

AUTORAS

Carmem Silvia De Andrade Corrê

Graduada e Pós-Graduada em geografia pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Coordenadora da Com-Vida (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) na E.E.E.F.M Murilo Braga/Porto Velho/RO. Participante da Comissão Organizadora Estadual das conferências Infantojuvenil em Rondônia.

E-mail: geografiacarmem@yahoo.com.br

Francidalva Do Nascimento Silva

Professora Graduada e Pós-Graduada Ciências Biológicas pela Faculdade Interamericana de Porto Velho/UNIRON. Atua como monitora da Com-Vida (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) na E.E.E.F.M Murilo Braga/Porto Velho/RO. Com atividades educativas práticas voltadas a educação ambiental, e colaboradora do Programa Mais Educação na E.E.E.F.M Murilo Braga na Oficina de Rádio Escola.

E-mail: biologia-2012@outolook.com.br

Ingrid Luize Brasil Lima

Aluna do 1º ano do Ensino Médio e delegada da Com-Vida(Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) da E.E.E.F.M Murilo Braga/Porto velho/RO. Premiada na 6ª Olimpíada de Saúde e Meio Ambiente/FIOCRUZ/Rio de Janeiro/RJ. Participante da IV CNIJMA/Brasília/DF.

As Conferências Infantojuvenis e a

Formação Cidadã dos Jovens Brasileiros

Declev Reynier Dib-Ferreira
Jacqueline Guerreiro Aguiar
Maria Teresa de J. Gouveia

O processo de construção das Conferências Infanto-Juvenis de Meio Ambiente no território do Rio de Janeiro possui algumas características significativas que merecem ser destacadas:

- a participação, desde a I Conferência, de coletivos ambientais e redes de educação ambiental (EA), notadamente a Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (REARJ), em todos os momentos e atividades, incluindo a participação na Comissão Organizadora Estadual (COE);
- a elaboração de materiais metodológicos de forma participativa, pela COE, em apoio aos processos, levando-se em conta as especificidades dos territórios no Estado;
- a participação protagonista da CIEA (no caso do RJ, do GIEA - Grupo Interinstitucional de Educação Ambiental), não apenas como elemento de gestão dos processos, como também de construção de ações coletivas pós-conferências e entre as conferências;
- a participação política qualificada da COE-RJ nos diálogos envolvendo as COEs e a CGEA;
- a articulação constante entre as ações das CNIJMAs e das Conferências de Meio Ambiente no território do RJ;
- a inserção das questões relacionadas às CNIJMAs na pauta dos Diálogos Inter Redes no âmbito do RJ.

Os representantes da REARJ alternaram-se para cumprir as diferentes ações para o alcance

de todas as etapas previstas para conduzir jovens fluminenses à participação qualificada nas Conferências, desde as realizadas nas Escolas até a Nacional.

Então, com o entendimento de que uma política pública de tal relevância e investimento merece mecanismos diversos que permitam a avaliação de sua eficiência, promoveu-se um levantamento junto a alguns dos jovens que participaram da III Conferência (2009) e da IV Conferência (2013), que permitisse identificar suas percepções e consequências advindas de suas vivências enquanto delegados estaduais.

O que influencia alguém a levar uma vida preocupada com as questões ambientais e, indo além da preocupação, atuando na busca de soluções para a crise ambiental? Poderíamos supor, por exemplo, que os jovens que participaram das Conferências já teriam, antes de suas participações, uma formação – familiar, escolar ou outra – que os aproximassem das questões ambientais; que já tivessem, anteriormente, contato direto com algum tipo de educação ambiental.

Mas também há grandes possibilidades de que este contato tenha se iniciado justamente pelas ações que as Conferências estimulam que sejam realizadas em cada uma de suas etapas – a criação das Com-Vidas, os projetos idealizados e realizados, as Conferências nas Unidades Escolares, as Conferências Regionais e a Nacional.

Nada melhor para avaliar as consequências das etapas das Conferências do que as palavras dos próprios jovens que participaram. Pensando nisso, em uma sondagem inicial, perguntamos a alguns ex-delegados quais foram as influências que receberam quando das suas participações e se isso os afetou em sua vida profissional (no caso dos participantes mais antigos) ou pessoal.

A pesquisa

Participante em duas Conferências como acompanhante da Delegação do Rio de Janeiro, um dos autores deste artigo mantem contato, pela rede social Facebook, com alguns dos jovens ex-delegados do Rio de Janeiro, e foi este meio de comunicação utilizado para a pesquisa. O levantamento das percepções junto a eles utilizou como técnica de pesquisa social o questionário elaborado com quatorze perguntas abertas.

A recepção à mensagem remetida foi considerada satisfatória devido ao número de respostas recebidas. Considerando que as perguntas foram enviadas para 21 jovens, 14 deles as responderam: oito participantes da Conferência de 2009 e seis da de 2013. A boa receptividade

ainda pôde ser considerada pelas declarações que acompanhavam o envio dos questionários, demonstrando agradecimento e satisfação de serem chamados a se manifestar, solicitando inclusive acesso ao artigo quando publicado.

Essa compreensão sobre a importância em participar de processos de consulta permite identificar, por si só, uma das contribuições das Conferências na formação cidadã dos jovens ex-delegados.

Constaram na sondagem perguntas opcionais de identificação (nome, idade e cidade), e perguntas elaboradas a fim de permitir aos autores uma interpretação sobre a influência das Conferências nas vidas e formação cidadã dos jovens:

1. *Quando foi sua participação na Conferência?*
2. *Que idade você tinha na época?*
3. *O que você fez em sua escola, qual foi o trabalho inscrito?*
4. *Por que você acha que foi escolhido, e não outros?*
5. *O que significou, para você, participar da Conferência Infanto-Juvenil?*
6. *Quais foram os momentos mais marcantes? Por quê?*
7. *O que significou para sua vida a participação na Conferência? E em sua vida profissional, ela influenciou em alguma coisa?*
8. *O que você esta fazendo hoje em dia? Tem alguma relação?*
9. *Você participa de algum movimento ambientalista, coletivo de juventude, ONG ou algum outro processo social e/ou coletivo? Justifique caso positivo ou negativo.*
10. *Há algo mais que queira dizer ou contar sobre o processo da Conferência? (críticas, sugestões ou elogios)*

A julgar pela faixa etária permitida pelo MEC para participação dos jovens e o universo pesquisado ter abrangido participantes das edições das Conferências de 2009 e de 2013, o levantamento permitiu uma interessante amplitude para uma interpretação qualitativa das respostas, abrangendo possíveis influências pessoais e profissionais.

Das respostas construímos algumas "categorias de influência" das conferências. A seguir, listamos

algumas frases selecionadas e que representam cada categoria. Entre aspas, o ano em que o autor da frase participou da Conferência.

Categorias de influências das conferências

1. No campo de formação pessoal vinculada ao pertencimento a uma nação social e culturalmente diversa:

"Foi uma troca de experiências muito grande. Estávamos conhecendo gente de todo o país [...] e víamos problemas em comum, e passamos a acreditar que éramos a solução. A troca de ideias deu base pra bastante coisa simples, mas de grande valia." (2009)

"Durante o processo da conferência a cada encontro com os colegas de outras cidades, trocávamos ideias, desenvolvíamos futuros projetos... e ao chegar em nosso ambiente escolar queríamos aguçar o desejo de mudança em todos Se possível no mundo" (2009)

"As partes mais marcantes foram com certeza o momento da chegada das delegações, pois naquele momento pude perceber a riqueza cultural do nosso pais e as diferenças entre as regiões do Brasil e que apesar das diferenças havia um motivo em comum; a vontade de mudar, inovar e transformar o mundo em que vivemos." (2013)

"Significou muito, porque além de ter aprendido coisas de culturas diferentes, pude também passar um pouco do meu conhecimento" (2013)

"Os momentos em que compartilhamos experiências, pois mostrou-me não estar só, em algumas situações, nos levando a buscar soluções." (2009)

"os momentos mais marcantes foram as noites dos Brasis e a gincana" (2013)

"As palestras, as oficinas, pq me mostrou um mundo muito mais novo, que eu já sabia que existia mas a partir daí ampliou muito mais as minhas idéias." (2013)

2. No campo da formação profissional:

"A conferência me ajudou a tomar importantes decisões para a minha vida acadêmica e posições perante alguns assuntos, pois o tema 'Meio Ambiente' acaba batendo em outras áreas, tais como ocupação indígena, militantes do movimento sem terra, áreas de preservação permanentes, entre muitas outras. O que acaba me ajudando dentro da área de atuação que escolhi [Agronomia]." (2009)

"Quero dizer que foram 5 dias inesquecíveis para mim e que me fez um ser humano melhor. Significou muito, me tornei uma pessoa melhor, mais consciente com meu dever perante ao Brasil, a minha responsabilidade de cuidar do meio ambiente [...] Em minha profissão, acredito que ajudou, influenciou sim, durante minha entrevista de emprego quando foi citada a conferência, meu chefe ficou muito orgulhoso, [...] esse certificado contou muito para meu currículo, ainda mais quando se trata de meio ambiente, uma questão hoje em dia prioritária nas empresas multinacionais, nacionais e offshore." (2009)

"Profissionalmente ainda não ocorreu nenhuma modificação; isso se deve ao fato de que eu ainda não trabalho, mas mesmo assim este evento me trouxe uma bagagem enorme pois lá tivemos que trabalhar em equipe e expressar nossos ideais, dois itens que são fundamentais para as empresas" (2013)

"Minha participação na conferência me ajudou muito em vários aspectos, mas acho que o principal foi me ajudar com a timidez, lá eu tive a oportunidade de perder o 'medo' de falar e de conhecer pessoas que eu ainda tinha, e eu acredito que isso vai me ajudar bastante quando eu começar uma vida profissional." (2013)

Nesse mesmo entendimento, importante registrar o que os jovens informaram ao responder a questão "O que você esta fazendo hoje em dia? Tem alguma relação?"

"Hoje eu curso o sexto período de Agronomia na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro" (2009)

"Curso Técnico em Meio Ambiente, no IFF." (2009)

"Curso CIÊNCIAS SOCIAIS na UENF. Escolhi esse curso por querer trabalhar e estudar as minorias (negros, índios...);" (2009)

"Eu faço faculdade de Desenho Industrial, na PUC-Rio, e já me interessei pelo Ecodesign, uma vertente do design mais voltada para a produção sustentável, [...] pretendo me especializar na produção limpa [...] Hoje eu milito pela sustentabilidade no meio em que eu trabalho. Implantei dois projetos de sustentabilidade em uma das empresas que trabalhei desde então, e vimos a redução do uso de folhas de papel, do consumo de água e luz, e isso muito me alegrou."(2009)

"Hoje eu curso Nutrição na UFRJ e acredito que a conferência tenha sim alguma relação com a minha escolha de curso, pois nosso corpo também é o nosso meio ambiente e a forma com que tratamos o mundo muitas vezes também possui ligação direta com o que nos alimentamos." (2009)

"Esse ano começo a cursar Ciências Biológicas, um desejo que já tinha, mas reforçado pela participação na Conferência." (2009)

"Vou começar nesse ano um curso técnico de meio ambiente, e se não fosse a conferência com certeza não seria tao diferente dos meus amigos, eles sabem a minha visão sobre 'jogar um papel de bala no chão' sou uma mega protetora desse mundo que amo tanto." (2013)

"Estou apenas dando apoio a meu trabalho que esta começando a sair do papel em minha escola anterior" [projeto que visava o aproveitamento do gás metano proveniente dos resíduos orgânicos produzidos pela escola] (2013)

"Hoje em dia eu ajudo no projeto da escola, como eu troquei de escola esse ano, eu tentarei levar esse projeto para essa Nova escola." (2013)

"Sou bolsista do projeto PESCARTE, requerido pelo IBAMA, de educação ambiental, desenvolvido pela Universidade Federal Norte Fluminense. Acho que deu pra perceber que continuo lutando e trabalhando com causas socioambientais e sem dúvidas devo tudo isso ao aprendizado, direção e amigos que formei no ano de 2009" (2009)

"Trabalho na área da Nutrição e mesmo não parecendo tem relação sim. No hospital em que eu trabalho evitamos o desperdício de alimentos, além de termos a parte da reciclagem de descartáveis e a coleta do óleo de cozinha que desde o momento que comecei a trabalhar foi instalada no local de trabalho." (2009)

3. Na perspectiva ampla de formação de cidadania sob as vertentes política, ambiental e social:

"Significou uma oportunidade ímpar de adquirir e compartilhar experiências, além de assumir um compromisso com o futuro." (2009)

"Durante e após o ingresso na Conferência mantive-me motivada em causas sociais dentro e fora do ambiente escolar." (2009)

"Foi uma oportunidade única pela troca de conhecimentos e experiências, por aprender a identificar os problemas e mais que isso: desenvolver soluções." (2009)

"Fiquei muito impressionada com a quantidade de pessoas que querem o mesmo que eu, me deu uma esperança que o mundo ainda tem solução, ainda há esperanças." (2013)

"Pra mim a conferência foi um marco, algo que despertou em mim a consciência ambiental e a vontade de mudar o meu meio" (2013)

"O que se aprende na Conferência pode marcar a sua formação como profissional ou não, mas influencia muito a sua cidadania, ainda mais naquela idade. Eu já tinha uma opinião, mas voltei com pensamentos muito mais concretos." (2009)

"Participar da Conferência foi marcante, mas sem dúvidas saber que uma carta com a nossa participação se tornou um documento, é muito especial" (2009)

"Conhecer novos pensamentos, abrir horizontes, descobrir que as vezes o que pra você é um problema pra outro é uma solução." (2009)

Em referência à cidadania ambiental, em especial, ao responderem a questão "Participa de algum movimento ambientalista?" a influência das Conferências sob a temática ambiental ficou ainda mais evidente na vida futura e desejo dos exdelegados:

"Minha participação não é com um órgão em especial, mas com alguns projetos, principalmente na questão da educação ambiental." (2009)

"Participo de um grupo de Agroecologia que existe na universidade" (2009)

"Alguns projetos que o IFF desenvolve." (2009)

"Hoje eu não participo de nenhum movimento, mas acompanho e sempre que posso, dou apoio como cidadão comum. Mas tenho vontade de ajudar o SOS Mata Atlântica, aqui do Rio, pois é uma causa que tem me sensibilizado bastante." (2009)"Não, pois ainda não tive acesso e disponibilidade para participar de algo assim.

Por enquanto só sou parte do Centro Acadêmico do meu curso." (2009)

"Não participo, mas gostaria muito de participar, tenho vontade de comparecer em conferências futuras" (2009)

"Não, por falta de oportunidade, e por onde moro nunca vi movimento assim, e na minha cidade não tem como eu criar um grupo/coletivo ambiental." (2013)

"Não, porque na minha cidade não tem, mas gostaria muito de participar, mas temos um grupo com algumas pessoas que participaram da CNIJMA, e temos um projeto 'ações podem mudar o mundo'" (2013)

"Não. Porque aqui na minha cidade ninguém é muito ligado nisso, mas esse ano na escola pretendo começar um movimento." (2013)

"Sim, estou participando do processo de formação do Coletivo Jovem do RJ" (2013)

"Não participo não, mas tenho vontade," (2013)

"Infelizmente, não conseguir achar algo na minha região que fosse compatível com meu tempo disponível e minha idade." (2013)

"Não participo efetivamente, mas sempre dou uma ajuda à secretaria de meio ambiente da minha cidade em projetos recicláveis, na agenda 21, em caminhadas ecológicas." (2009)

4. Influências: importante destacar a oportunidade de "aproximação" dos jovens aos representantes dos governos, identificada pelas respostas quando questionados sobre os momentos mais marcantes de suas vivências como participantes das Conferências:

"Um dos momentos mais marcantes foi conhecer Marina Silva e o Ministro de Meio ambiente da época Carlos Minc Que acabaram se tornando pessoas importantes para a construção de minhas opiniões." (2009)

"O momento da elaboração da carta, a palestra da Marina, contando a trajetoria dela, a luta, a amizade dela e de Chico Mendes foram muito marcantes. Passei a acompanhar

o trabalho de Marina e levar a luta dela como incentivo para as minhas. O momento em que nós nos comprometemos a voltar levantando a bandeira do Meio Ambiente foi marcante, e trouxe pra vida." (2009)

"A culminância, onde todos os grupos apresentaram seus resultados, a Carta de Responsabilidades foi apresentada... foi o momento mais marcante pra mim." (2009)

"Pra min o momento mais significativo foi à entrega do documento para a presidente, porque um uma forma de mostras ate onde podemos ir e o quão importante era aquilo que estávamos fazendo." (2013)

"A leitura da carta que criamos também foi bem forte, lá demos o nosso grito e mostramos que somos jovens sim, novos e que ao contrário do que a maioria da população pensa, não somos irresponsáveis" (2009)

5. Continuidade de participação: os jovens apontam como demanda o oferecimento de oportunidades de continuar participando ao responderem a última questão: "Há algo mais que queira dizer ou contar sobre o processo da Conferência?"

"Uma sugestão e talvez até um pedido, seria uma reunião com os antigos participantes, para que possamos discutir os rumos diferentes que cada um tomou na vida e a influência que a conferência teve na vida profissional de cada um." (2009)

"Sinto falta de um contato maior, algum projeto pós conferência anual [...]" (2009)

"Eu acho que deviam começar a pensar numa conferência com esses jovens, pra gente voltar lá e compartilhar nossas experiências depois desses anos. Isso serviria para ver o progresso, dar um gás na galera, um incentivo, e, quem sabe, levantar lideres regionais, que se preocupem com essas causas, ainda e que possam trabalhar ativamente por isso. Éramos muito mais limitados antigamente, e hoje, alguns de nós podem ser muito mais ativos por essas causas... Eu estaria lá com certeza, e seria um desses a liderar algo sim..." (2009)

"Uma sugestão: Um reencontro do pessoal, seria bem legal, pra gente se vê, e também pra por ações em prática." (2013)

"Acredito que se a conferência fosse praticada com mais efetividade em escolas de rede estadual, municipal, particular teríamos mais resultados positivos em todo Brasil. Deixo como sugestão a implantação de um projeto nesse estilo." (2009)

Concluímos a partir dos depoimentos, em especial desses últimos, que é possível aferir às Conferências um importante papel na formação cidadã, sob as diretrizes das políticas de educação ambiental, em especial a participação e o controle social de políticas públicas pela sociedade brasileira. Os jovens demonstram nos depoimentos grandes conquistas em suas vidas a partir das Conferências, em relação à forma como percebem o meio ambiente, seja em aspectos pessoais ou profissionais.

AUTORES

Declev Reynier Dib-Ferreira

Representante na COE/RJ como Facilitador da REARJ. Doutor em Ciências/UERJ; mestre em Ciência Ambiental/UFF; especialista em Educação para Gestão Ambiental/UERJ. Professor de Ciências da Fundação Municipal de Educação de Niterói e da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Integra o Colegiado Nacional da REBEA. Editor do Blog Diário do Professor (http://www.diariodoprofessor.com/).

Jacqueline Guerreiro Aguiar

Representante na COE/RJ como Facilitadora da REARJ. Professora SME-Rio de Janeiro e AVM-Universidade Cândido Mendes. Enraizadora Curso Escolas Sustentáveis e ComVida, CEAD-UFOP. Especialista em Educação Continuada e EAD. Especialista em Educação Ambiental. Consultora Programa Municipal de Educação Ambiental do Rio de Janeiro. Conselheira CPDS-MMA. Conselheira GIEA-RJ. Integra o Colegiado Nacional da REBEA e a Coordenação Nacional do FBOMS. Facilitadora da REBAL.

Maria Teresa de Jesus Gouveia

Representante na COE/RJ do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e facilitadora da REARJ. Bióloga, Especialização AIA, Mestre em Ciência Ambiental/UFF, Doutora em Meio Ambiente/UERJ. Tecnologista do JBRJ/ Serviço de Educação Ambiental. Coordenadora Executiva de Educação Ambiental do Projeto Coral Vivo. Professora em EA, Políticas Públicas para Sustentabilidade, relações socioambientais em Áreas Protegidas.

A Educomunicação

No Processo de Construção da CNIJMA em Rondônia

Vânia Beatriz V. de Oliveira
Carmem S. de Andrade Corrêa
Fabiana A. Neves Freire10

1. Introdução

As reflexões sobre a relação homem-natureza estão fortemente presentes nos debates que ocorrem nas mais diversas ocasiões, sejam em grandes eventos como as Conferências Mundiais pelo Meio Ambiente, sejam nas conversas informais no cotidiano dos cidadãos: no local de trabalho, nas escolas e nas suas residências. Neste caso, na maioria das vezes, pautados pelo que é veiculado pela mídia.

Tendo o campo da inter-relação comunicação e educação como principal linha de pesquisa, o NCE - Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP[11], sob a coordenação do professor Ismar Soares, solidificou um campo de estudos denominado educomunicação, que a partir de 1999 passou a designar o *"...conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos com intencionalidade educativa, destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos*[12]*..."*. Este conceito de educomunicação, que toma a ideia proveniente da busca de uma relação equilibrada entre o homem e a natureza, entende ser necessária a criação de "ecossistemas comunicativos" nos espaços educativos, que cuide da saúde e do bom fluxo das relações entre as pessoas e os grupos humanos, bem como do acesso de todos ao uso adequado das tecnologias da informação.

A partir de então, práticas educomunicativas, desenvolvidas e empregadas por diversos segmentos institucionais, notadamente as representações do movimento social, como parte das estratégias de enfrentamento da crise ambiental, passaram a ser incorporadas como política pública

10 Membros da COE - Rondônia.

11 Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo

12 SOARES, Ismar. In: Educomunicação: um campo de mediação. Com. & Ed.. Ano 7, pp. 12-24, set./dez.2000.

do Governo Federal, a exemplo do Programa Mais Educação[13], do MEC - Ministério da Educação e Cultura (MEC) que tem a educomunicação como um dos seus macrocampos, compreendendo as seguintes mídias: Jornal escola, Rádio escolar, História em quadrinhos, Fotografia e Vídeo.

Por sua vez, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), inseriu a educomunicação no documento que define as Diretrizes para a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA[14]; acrescentou a designação socioambiental e criou o Subprograma de Educomunicação Socioambiental, cujas ações são dirigidas especialmente à juventude e, desde 2003, adotou-a nas orientações de procedimentos para a participação da juventude nas Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Coordenadas pelo MEC e MMA, as Conferências buscam a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento das problemáticas socioambientais, por meio do desenvolvimento de ações educativas, envolvendo diversos atores da sociedade, principalmente os jovens.

Segundo Deboni (2007)[15], ainda que houvesse iniciativas anteriores a 2003, o processo de mobilização e organização da I CNIJMA, foi uma espécie de "divisor de águas", tendo por um lado alavancado a proposta dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs) pautada em princípios como os de "jovem educa jovem" e "uma geração aprende com a outra"; por outro, catalisou a participação de estudantes nos processos de Conferências de Meio Ambiente nas escolas; e propiciou trabalho coletivo e articulado entre diversas instituições

Neste contexto, considerando o objetivo de avaliar os 10 anos de realização das CIJMA, este artigo situa sua análise na aplicação dos conceitos e práticas educomunicativas em momentos de encontros e debates promovidos pela COE - Rondônia, em etapas preparatórias à participação nas III e IV CNIJMA, realizadas em 2009 e 2014, respectivamente. Nas Conferências Estaduais de 2008 e de 2013, foram realizadas Oficinas educomunicativas para produção de videoclipes ambientais com o uso de música amazônica. Portanto, é nosso objetivo também, dar visibilidade à iniciativa de trabalhar essa prática educomunicativa e o seu uso na sensibilização da juventude para questões ambientais; bem como, apontar possibilidades do emprego de outras práticas educomunicativas, que possam contribuir para fortalecer este processo de construção coletiva de ações - cidadãs.

13 O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta O educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em dez macrocampos.

14 O documento, elaborado por meio de longo processo participativo, no período de 2008 a 2010, está disponível no site do IcmBio: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacao_encea.pdf

15 DEBONI, F. Juventude e Meio Ambiente.Revista Eco 21 nº127. Disponível em: <http://www.ambienteemfoco.com.br/?m=20070628> Acesso em: 13 dez. 2007

2. Práticas Educomunicativas na Construção das Conferências – CIJMA

A primeira etapa do processo de construção da Conferencia Nacional é a realização da Conferencias nas Escolas (CnE). Nestas, os participantes, crianças de 9 a 14 anos, trabalham com o conceito de responsabilidades individuais e coletivas, ações locais e projetos de pesquisa. Portanto, reflexão, proposição e ação-cidadã sintetizam o processo de debate sobre as mudanças ambientais globais a partir de quatro subtemas: água, ar, terra e fogo.

O conjunto de materiais que orientam as escolas quanto os passos para a realização das Conferências é produzido conjuntamente pelo MEC e MMA. A recomendação para a prática da educomunicação se constata desde o início deste processo. O relatório final da I CNIJMA (Brasília, 2003)[16]registra que, ao indicar os critérios para seleção de jovens dos Conselhos Jovem para participar da formação de facilitadores um dos critérios é "Conhecimento e/ou afinidade com técnicas de educomunicação e mídia". Já nos documentos orientadores da II CJIMA (Brasília, 2005) se anuncia que os delegados e delegadas "... vão elaborar juntos a Carta das Responsabilidades para ser entregue ao Presidente da República e seus ministros, juntamente com peças de Educomunicação – rádio, vídeo, jornal e multimídia."

No material da III CJIMA (2008), a educomunicação ganha destaque, desde o título: "Passo a Passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola +Educomunicação". Verifica-se a recomendação para que o grupo vá além da produção de cartaz (prática recomendada para apresentar os resultados no dia da Conferência na Escola) e que escolham partilhar os projetos de outras maneiras que ajudem a exposição de ideias: livro, maquete, desenho, programas de rádio, vídeo, fotografias etc, empregando linguagens e tecnologias de comunicação para fazer produtos de Educomunicação, bem como para estimular e fortalecer as pessoas e a comunidade.



Figura 1- Oficina de produção de videoclipes, na II CEIJMA em Rondônia. Imagem: Diego Gimenez

16 Documento disponível in:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9913&Itemid=

2.1. Oficina de produção de videoclipes ambientais

A produção de videoclipes ambientais com o uso de música é uma prática desenvolvida inicialmente para trabalho com agricultores familiares e passou a ser levada para comunidades escolares[17]. Em março de 2009, como parte da programação da II Conferência Estadual Infantojuvenil para o Meio Ambiente, foi realizada em Porto Velho uma "Oficina de Produção de Videoclipes Educativos" (Figura 1), facilitada pela primeira autora, com a colaboração de Diego Gimenez (CJ) e Debora Helena (estagiária em Comunicação, da Embrapa Rondônia).

Os participantes, delegados da II CEIJMA, depois de ouvirem, discutirem e analisarem o discurso de três músicas, de artistas do Estado do Amapá, Amazonas e Rondônia, escolheram a música "Não deixe secar o coração" (Túllio Nunes) para a realização do videoclipe, que foi denominado pelos participantes com o "Coração Amazônico"[18].

A canção, "Não deixe secar o coração", faz parte de um resgate musical realizado pelo grupo Minhas Raízes, formado por jovens de uma comunidade ribeirinha de Porto Velho. O verso da canção: "*...Não deixe secar nossos rios, nosso chão. Não siga sem antes dizer : a nossa Amazônia, venha proteger*" suscitou uma discussão sobre a quem estaria sendo dirigido este apelo para a proteção da Amazônia, levando-os a uma reflexão sobre seus papeis como jovens ribeirinhos, uma vez que, ao chamar alguém para vir proteger a Amazônia, estariam abdicando do seu protagonismo e abrindo a guarda para a questão da soberania brasileira.

Nos mesmos moldes, foi realizada em novembro de 2012 uma Oficina de produção de videoclipe na III CEIJMA (Figura 2)[19]. Para este evento, a temática proposta foi a discussão e reflexão sobre a produção de castanha-do-brasil em comunidades extrativistas da Amazônia, a partir da música Canto dos Castanhais (Val Milhomem/Joãozinho Gomes). Esta atividade está relacionada as ações de educomunicação do Projeto Kamukaia, criado em maio de 2005, visando gerar resultados úteis para a implantação de planos de manejo sustentável de produtos florestais não madeireiros (PFNM) e definição de políticas públicas.

---

17 OLIVEIRA, V. B. V. ***Inter-relações entre comunicação e educação em grupos comunitários de estudos sobre questões ambientais: do álbum seriado ao videoclipe*** In: VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte, 2007, Belém: UFPa, 2007.

18 Videoclipe disponível in: http://youtu.be/NZe4w6mAdXY

19 Além desta, foram realizadas mais 4 Oficinas educomunicativas, ministradas pelo CJ , sobre Ciberativismo, Teatro, Estencil e Fanzine.



Figura 2- Oficina de produção de videoclipes, na III CEIJMA, 2012. Imagem: Carmem Andrade.

Na discussão e processamento do discurso literário da letra da música, os jovens participantes, interagiram e trocaram informações sobre o sistema produtivo da castanha e a questão da valorização do produtor e do produto da atividade extrativista. Verificou-se alto nível de conhecimento sobre o produto e seu uso como alimento. Uma das questões abordadas na música é o processo de quebra da castanha. Nas declarações dos jovens, observou-se além do uso de diversas formas de quebra, porém tem seu valor, aquele que consegue quebrar a casca, porém preservando a noz inteira.

3. Educomunicação Científica

As orientações do passo a passo das Conferências, quanto a produzir comunicação, desafiam os jovens a ir além dos cartazes. Entretanto, estas orientações dão maior enfoque na divulgação do evento em si. Diante disso, desenvolvemos observações a respeito das possibilidades de expandir a criação e uso de práticas educomunicativas, na elaboração, apresentação e execução dos projetos, estes que são produtos das CnE.

Uma vez que a elaboração dos projetos de pesquisa obedece a um roteiro que, embora em linguagem mais simples, reproduz o modelo da pesquisa cientifica, com a definição do problema, objetivos e metodologia. É pertinente se pensar e incluir neste processo a educomunicação cientifica, que nos moldes da divulgação científica se encarregaria de disseminar as informações resultantes da execução dos projetos, porém, antes disso, orientaria a elaboração dos projetos, para melhor adequá-los aos critérios de sua avaliação e à proposta de "cuidar do Brasil".

Em novembro de 2013, quando da avaliação de projetos para participação na III Conferência Estadual, observou-se que dos 13 projetos (Anexo1) submetidos a seleção, a maioria tinha como tema a "arborização" (implantação de áreas verdes, paisagismo, implantação de jardins ou hortas escolares), reciclagem ou reutilização de resíduos. Denotando um "lugar comum" nas proposições, que podem não refletir a realidade da comunidade escolar em seu entorno.

Vimos também, que a redação de alguns projetos, não estava em conformidade com as orientações: um deles elaborado na forma de relatório e outro com uma grande quantidade e diversidade de ações propostas, dificilmente teriam condições de viabilização na escola. Observou-se também além do natural nervosismo de alguns alunos na apresentação do projeto, a falta de identificação com o mesmo, como se não tivesse participado da sua construção.

Os critérios para a avaliação dos referidos projetos foram: Coerência com o tema "escola sustentável"; Aplicabilidade, que o projeto possa ser implantado na escola e inserido na comunidade como trabalho continuo; Relevância, leva em consideração o grau de importância do projeto para que a escola possa caminhar dentro do perfil de sustentabilidade e Metodologia de apresentação do Plano de Ação no limite estipulado.

4. Considerações finais e recomendações

Uma vez que o propósito do trabalho é avaliar os 10 anos da CNIJMA e colaborar para o aprimoramento dessa política de participação da juventude na construção de soluções para minimizar os impactos ambientais, apontamos alguns avanços que acabam por reforçar a importância da educomunicação neste processo.

Consideramos que por seu caráter didático e pela qualidade do material produzido e uso prático, os documentos orientadores representam um dos avanços a ser apontados neste processo de avaliação, como se observa na variedade, quantidade e conteúdo do conjunto de materiais distribuído para a construção da IV CNIJMA (Brasília, nov de 2013), que foi composto por: 01 livro temático, 04 cadernos sobre as mudanças ambientais globais: pensar + agir na escola e na comunidade; 01 livro que apresenta e discute a formação das Com-Vida e construção da Agenda 21 na escola; 01 DVD com documentário sobre a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola"; 01 revista em quadrinhos com personagens de Mauricio de Souza: "Turma da Mônica- cuidando do mundo"; 01 Caderno Consumo Sustentável, com informações sobre o consumismo infantil ; e 01 Jornal da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, com informações sobre a política nacional e resíduos sólidos. Mais importante que a quantidade é a abrangência das abordagens, que vão além das questões sobre os impactos aos recursos naturais para as questões transversais como o consumo.

O estimulo a produzir comunicação com os princípios da educomunicação, contribuíram para a difusão desse novo campo de conhecimento, no qual é possível exercitar a produção de informação não só pela via midiática, mas também em atividades grupais, a exemplo das oficinas educomunicativas. Portanto, consideramos ainda, que a educomunicação, enquanto

campo de inter-relação entre Comunicação e Educação é campo promissor para o desenvolvimento de práticas que proporcionem o diálogo e interação entre os participantes, em todas as etapas de construção das Conferências Nacionais.

A título de recomendação, sugere-se que as iniciativas em educomunicação sejam integradas ao Mais Educação em razão do grande número de escolas que aderiram ao Programa. Bem como sejam promovidos eventos de capacitação nessas práticas. Este pode ser um caminho para que nas Conferências na Escola as práticas educomunicativa sejam amplamente adotadas, uma vez que, por seu caráter dialógico, poderá permitir ao aluno, estabelecer relações entre o seu cotidiano e as temáticas (terra, água, fogo, ar) e assim elaborar coletivamente projetos que representem mais adequadamente a realidade da escola e comunidade do entorno, e mais condizentes com a demanda de ações em prol da cidadania ambiental integral.

Anexo 1 - Projetos participantes da seleção em nível estadual à IV CNIJMA/2014

Título do Projeto (tema)	Nome da Escola
1. Revitalização das áreas verdes dos **espaços de convivência** da Escola. (arborização)	Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra.
2. Plantas Vivas, Viva a Vida (arborização)	E.E.E.F.M. Brasília.
3- Conscientização ambiental: conservar hoje para desfrutar amanhã. (redução uso de descartaveis)	E.E.E.F.M Dr. José Otino de Freitas
4. Arborizando a Escola (arborização)	E.E.E.F.M. Risoleta Neves
5. Cortinas Verdes. Cortinas Vivas. (paisagismo)	E.E.E.F.M. Murilo Braga
6. Reutilizando o Lixo (resíduos)	E.E.E.F.M. Bela Vista
7. Boa Safra ((arborização)	E.E.E.F. Samaritana
8. Vamos apagar o desperdício de energia (consumo sustentável)	E.E.E.F. Padre Mário Castagnha
7. O que fazer com os resíduos? (Reciclagem)	E.E.E.F.M. Cel. Carlos Aloysio Weber
8. Mudança de Hábitos (coleta seletiva)	Centro Educacional Maria de Nazaré
9. Captação e reutilização da água da chuva (consumo sustentável)	E.E.E.F.M. Duque de Caxias
10. Vamos cuidar do Brasil com nossa escola Sustentável: fazendo a nossa parte (Arborização)	E.E.E.F.M. Presidente Tancredo Neves
11. Arborização na escola para melhorar o ambiente e o aprendizado. (Arborização)	E.E.E.F.M. Manaus

AUTORAS

Vânia Beatriz Vasconcelos de Oliveira

Comunicóloga. Bacharel em Publicidade & Propaganda e em Jornalismo. Mestre em Extensão Rural (UFViçosa 2000) e Especialista em Jornalismo Científico (UNIVAP 2011). Pesquisadora da Embrapa em Rondônia, desde 2008 é membro da Comissão Organizadora Estadual (COE). Tem experiência em Divulgação Científica, Produção de Videoclipe e em Assessoria de Comunicação.

Carmem Silvia de Andrade Correa

Professora de Geografia, criadora e coordenadora da COM-Vida na Escola E.E.F.M. Murilo Braga, membro da COERO. Participou e foi a premiada regional Norte, pela Fiocruz , na 6ª. Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente (OBSMA), com o projeto "Embalagens de requeijão COM-VIDA ambiental".

Fabiana Aparecida Neves Freire

Graduada em Educação Física. Coordenadora de Educação Ambiental – da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC Rondônia. Membro da COE.

Então... como seguir com a CNIJMA?

Contada a história, o jeito de fazer, o que se avaliou e o que disseram educadoras e educadores, a pergunta que não quer calar é: o que fazer nas próximas Conferências?

Na pesquisa, nos questionários, nas entrevistas, nos artigos e em discussões das equipes, especialmente no âmbito do Órgão Gestor da PNEA, muitas ideias, propostas e recomendações surgem, confirmando, aprimorando ou trazendo novas possibilidades às experiências vividas. Soma-se a tudo isso, a experiência da 5ª CNIJMA, realizada posteriormente, em 2018. Algumas novas tendências podem se desenhar também, considerando o contexto da Conferência Nacional de Meio Ambiente (adultos).

O Caderno 5 arrola propostas e recomendações, e indica caminhos possíveis, sem pretender encerrar um modelo conclusivo de Conferência. É apenas um convite ao diálogo criativo. Seja nosso(a) convidado(a)!

Apoio:

Órgão Gestor da PNEA

MINISTÉRIO DO **MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

MINISTÉRIO DA **EDUCAÇÃO**

MINISTÉRIO DA **INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO